

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RÚBIA HOFFMANN RIBEIRO

**“EU POSSO ESTAR NO LUGAR QUE EU QUISER!”: VOZES DO MOVIMENTO
FEMINISTA EM CAXIAS DO SUL (1982-2003)**

**CAXIAS DO SUL
2020**

RÚBIA HOFFMANN RIBEIRO

**“EU POSSO ESTAR NO LUGAR QUE EU QUISER!”: VOZES DO MOVIMENTO
FEMINISTA EM CAXIAS DO SUL (1982-2003)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência para obtenção de graduação em Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora Prof. Dr^a. Katani Maria Monteiro Ruffato

**Caxias do Sul
2020**

RÚBIA HOFFMANN RIBEIRO

**“EU POSSO ESTAR NO LUGAR QUE EU QUISER!”: VOZES DO MOVIMENTO
FEMINISTA EM CAXIAS DO SUL (1982-2003)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência para obtenção de graduação em Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul.

Aprovado em

Banca examinadora

Prof. Dr^a. Katani Maria Monteiro Ruffato

Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Dr^a. Eliana Gasparini Xerri

Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico esse trabalho à minha avó, Maria de Lourdes Estega de Lima, por seu amor e afeto incondicional e para que nenhuma mulher passe pelas mesmas dificuldades pelas quais ela passou...

Agradecimentos

Ter acesso ao ensino superior é ainda uma realidade para poucos e poucas no nosso país. Por isso reconheço o quanto fui e sou beneficiada por políticas públicas como o Prouni, que permitiu que minha família tivesse pela primeira vez alguém nesse espaço. Sendo assim, não posso deixar de agradecer a quem implementou tal política, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Agradeço também à minha orientadora, a professora Katani Maria Monteiro Ruffato, que é uma profissional em que me inspiro enquanto educadora e pesquisadora; À professora Eliana Gasparini Xerri, que aceitou fazer parte da minha banca examinadora e que gentilmente me aceitou como sua bolsista voluntária em um projeto de pesquisa em que muito aprendi.

Quem tem amigos tem tudo! Por isso sou grata a cada um e cada uma que me auxiliaram nesta pesquisa: Thalia Ferreira Alves, Caroline Lima Barbosa, Kelly Dessotti e Sharon Ramos Vieira, as quais me acompanharam e auxiliaram nas gravações das entrevistas; e ao João Luís Ferreira Horn que me auxiliou com a revisão do texto.

À minha família que tem me dado apoio em vários sentidos. Aos meus tios, meu padrao, Jorge Eduardo da Silva, e minha mãe, Andréia da Cunha, que além de todo o apoio, sempre buscou me incentivar a estudar.

Agradeço a cada uma dessas mulheres de luta que aceitou fazer parte da escrita dessa história: Eremi Melo, Ivani Lima, Ivanir Fátima Perrone, Joceli Queiroz, Jocemar Conceição Barbosa, Lourdes Zobot, Mari dos Santos Nery e Solange Silva Carvalho, tenho certeza que assim como eu, muitas mulheres terão em vocês uma inspiração para ser e ocupar os espaços que quiserem!

Agradeço a cada mulher que acredita em dias melhores e por isso não foge à luta!

“Eu sozinha ando bem, mas com vocês ando melhor!”

*“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a
liberdade seja a nossa própria substância.”*

Simone de Beauvoir

*Quando eu me for (se eu me for), vão até onde eu
não fui”*

Loreta Valadares

RESUMO

A História sobre o movimento feminista é assunto ainda pouco abordado, grande parte das pesquisas existentes restringem-se às experiências das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, as vozes de oito militantes da União Caxiense de Mulheres e da União Brasileira de Mulheres permitem a reflexão acerca das demandas, tendências e estratégias políticas do feminismo em Caxias do Sul, com a intenção de contribuir para construção de um quadro mais amplo sobre o movimento feminista no Brasil. Esse trabalho propõe-se ainda, observar como a história oral permite a reflexão sobre a constituição dessas mulheres como feministas, quais dificuldades e limites se impuseram à elas e, como puderam colocaram em xeque uma identidade atribuída à elas ao elaborar uma nova identidade, fugindo à imposição de comportamentos e papéis sociais tradicionalmente impostos às mulheres.

Palavras-chaves: Feminismo. História Oral. Mulheres.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia.....	34
Figura 2 - Dominação de classe e opressão machista.....	45
Figura 3 - Logo da UMCA.....	46
Figura 4 - Dia Internacional da Mulher.....	46
Figura 5 - Eremi discursa em ato político.....	52
Figura 6 - Ivani Lima em evento do Conselho Estadual da Mulher.....	54
Figura 7 - Marcha das Margaridas 2019.....	57
Figura 8 - Joceli concede entrevista sobre o Dia Internacional da Mulher.....	59
Figura 9 - Mulheres contra o FHC e o FMI	61
Figura 10 - Ato “Ele Não” 2018.....	65
Figura 11- Organização do 8 de março.....	67
Figura 12 - Solange discursa em atividade representando o CPERS.....	72

LISTA DE SIGLAS

UMCA	União Caxiense de Mulheres
UBM	União Brasileira de Mulheres
AMT	Ação da Mulher Trabalhista
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
AI-5	Ato Institucional número 5
PAISM	Plano Integral da Saúde da Mulher
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
UAB	União da Associação de Bairros
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 UM DIÁLOGO ENTRE O FEMINISMO NO BRASIL E EM CAXIAS DO SUL	31
2.1 AS ORIGENS DO MOVIMENTO FEMINISTA: AS PIONEIRAS	31
2.2 OS ANOS DE CHUMBO E A DÉCADA DA MULHER	33
2.3 DA REDEMOCRATIZAÇÃO NASCE A UMCA: “A NECESSIDADE DE NÓS MULHERES IRMOS PRA RUA”	37
2.4 “PRESENÇA DA MULHER”: AS ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS POLÍTICAS	44
3 O QUE É SER FEMINISTA?	49
3.1 EREMI MELO: “AQUELA LUTA ERA UMA LUTA NOSSA, DE HOMENS E MULHERES!”	49
3.2 IVANI LIMA: “EU QUERO MAIS, EU QUERO IGUALDADE”	53
3.3 IVANIR FÁTIMA PERRONE: “FOI AÍ QUE EU COMECEI A PARTICIPAR MAIS DA LUTA DAS MULHERES PRA QUE NINGUÉM MAIS PASSASSE POR ISSO.”	55
3.4 JOCELI QUEIROZ: “ESSA SEDE, ESSA VONTADE DE UM MUNDO MELHOR”	58
3.5 JOCEMAR BARBOSA: “O MOVIMENTO PRA MIM É EM PRIMEIRO LUGAR.”	60
3.6 LOURDES ZABOT: “POR QUE QUE A CARGA TEM QUE SER TODA DA MULHER?”	63
3.7 MARI DOS SANTOS NERY: “NÓS SEMPRE ACHAMOS QUE A MULHER PRECISAVA SE EMANCIPAR”	66
3.8 SOLANGE CARVALHO: “EU SEMPRE FUI FEMINISTA!”	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

A imprensa às vezes coloca: “não, porque ela tava com aquela roupa tal ela foi violentada”. Mas não é, não é a mulher a culpada! Culpado é homem. É uma coisa muito incrustada, as religiões também desde a questão da Bíblia, a história em si. Tu vê que as mulheres nunca são protagonistas da história mundial. Mas por quê? Porque quem escreveu os livros foram os homens. Quem escreveu as “grandes histórias” foram os homens. E tiveram muitas mulheres nas grandes vitórias mas elas não escreveram, não tinham acesso.¹

Escrevo esta história em um contexto onde é notável a efervescência do movimento feminista no Brasil. Algumas autoras já falam que estaríamos passando pela 4ª onda do feminismo². O fato é que em diversos países, podemos acompanhar a mobilização das mulheres em torno de reivindicações políticas, econômicas e culturais, na defesa de direitos específicos da sua condição enquanto mulher e no protagonismo em pautas mais amplas da sociedade civil. Essa fase atual do movimento feminista tem como característica o ciberativismo, a utilização das novas tecnologias como ferramenta para alcançar maiores adeptos de suas ideias, criar uma mídia alternativa frente ao machismo da mídia tradicional, para dar visibilidade ao movimento e suas demandas, e como meio de mobilização de ocupação do espaço público (LAGNER, ZULIANI e MENDONÇA, 2015).

Podemos constatar isso observando algumas mobilizações das mulheres nos últimos anos, como em 2015, quando vimos surgir a chamada “Primavera das Mulheres”. Ocupando as redes de comunicação e as ruas, as feministas promoveram um levante contra a violência, o assédio e a cultura do estupro e exigiram direitos reprodutivos e sexuais. Campanhas promovidas no twitter, através das hashtags tiveram alcance internacional, trazendo para a esfera pública essas pautas do feminismo. É o caso das campanhas como o “#primeiroassédio” de 2015, após o envio de mensagens com teor sexual a uma participante de um programa da televisão brasileira, de apenas 12 anos. A partir disso, iniciou a campanha nas redes sociais onde mulheres relataram os primeiros assédios que sofreram. Ainda nesse

¹ QUEIROZ, Joceli. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul. 23 de outubro de 2019.

² Ver PRIKLADNIKI. Fabio. “O papel do homem no feminismo é se desconstruir”, diz Heloísa Buarque de Hollanda”. GaúchaZH. Porto Alegre. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/o-papel-do-homem-no-feminismo-e-se-desconstruir-diz-heloisa-buarque-de-hollanda-cjfmrlszv06s101ph9zj5prbs.html>. Acesso em: 7 de dezembro de 2019.

ano, surgiu a campanha “#MeuAmigoSecreto”, onde as internautas relataram frases e situações machistas por elas sofridas. Ainda em 2015, foram às ruas no movimento “Fora Cunha” contra o deputado Eduardo Cunha, autor de um projeto de lei que pretendia dificultar o atendimento das vítimas de violência sexual e acesso ao aborto legal. Em 2017, ocorreu a campanha “#MeToo”, na qual as estadunidenses denunciaram o assédio e a violência sexual, principalmente no trabalho. A campanha teve adesão de muitas atrizes que protestaram em premiações como o Globo de Ouro e Oscar. Pode-se citar ainda: as recentes campanhas pró-aborto na Argentina, Brasil e México; as campanhas “#NiUnaAMenos”, aqui no Brasil, “#NemUmaAMenos”, pelo fim da violência contra a mulher; e os protestos pela morte da vereadora Marielle, que exigiram resposta ao crime. Foram ainda protagonistas na mobilização contra o impeachment da presidente Dilma e no movimento por eleições diretas para presidente, rejeitando Michel Temer através do “#ForaTemer”. E por último cito o movimento “#EleNão” que invadiu as ruas contra a eleição de Jair Bolsonaro. Esses são alguns exemplos da ebulição do movimento feminista no ocidente, reivindicando pautas específicas às mulheres como também sendo vanguarda nas demandas gerais da sociedade.

Após essa breve retrospectiva de episódios do contexto mais recente do movimento feminista, não posso deixar de compartilhar com Méndez (2004) a preocupação da presença da minha subjetividade nessa pesquisa, tanto pela aproximação que tenho com o objeto de estudo enquanto militante como pela proximidade temporal dos episódios acima citados. Afinal, “A história nasce a partir dos questionamentos que fazemos ao passado e estes sempre têm como base nossa vida presente, não são obras do acaso”. (MÉNDEZ, 2004, p.7)

Atenta à corajosa e sincera crítica desenvolvida por Patai (2010) acerca do *Women’s Studies* (Estudos sobre História das mulheres e sobre relações de gênero desenvolvidas em diversas universidades), refiro-me à autora quando denuncia a perda de rigor científico e a presença de um “anti-intelectualismo” por parte de muitas pesquisadoras feministas, que em nome de suas convicções políticas utilizavam de estratégias do tipo “quanto pior, melhor” as quais minimizavam as conquistas femininas, utilizavam de “conceitos sanfonas”, pois eram ampliados e ajustados até se esvaziar de sentido, análises sexistas e contaminadas por uma ideia de autoridade do pesquisador em relação ao assunto. Creio ser oportuno citar algumas dessas distorções: “Uma delas é o jogo do TOTAL REJ – a total rejeição de qualquer coisa ‘contaminada’ pelo masculinismo” (PATAI, 2010, p. 100), que está relacionado com o “Genderagenda”, que leva tais pesquisadoras a nomear métodos científicos como “inerentemente masculino e, portanto, inimigo das mulheres” (PATAI, 2010, p. 100).

A autora ainda cita o “BIODENIAL”, construcionismo social extremo, que leva a afirmações baseadas em “tudo aquilo que pode ser criticado nas mulheres é resultado da construção social, ao passo que tudo o que elas admiram é uma marca da natureza inerente das mulheres. Os homens, é claro, recebem tratamento oposto” (PATAI, 2010, p. 101).

“IDPOL” é o termo usado por Patai (2010 p.101) para se referir a um “policiamento ideológico”, espécie de constrangimento ou censura aplicado entre as pesquisadoras feministas. Uma espécie de medidor de qual é a pesquisadora mais feminista, mais apta ou menos apta para um determinado tema. Esse último é o tema que me parece mais presente nas discussões sobre os debates feministas no Brasil. O chamado “lugar de fala” gera muitas confusões e divide opiniões. Conforme Ribeiro (2017), lugar de fala não autoriza ou desautoriza que uma pesquisadora ou pesquisador se debruce sobre determinado assunto, a partir do pertencimento ou não a uma identidade. Lugar de fala não está voltado para o indivíduo, mas para um grupo que divide experiências históricas como o racismo, o patriarcado e a opressão de classe. Então fica evidente no texto de Ribeiro que não existem indivíduos sem lugar de fala, portanto proibidos de falar de algum assunto. Pois lugar de fala não é representatividade, e sim lugar social.

Assim, consciente de alguns problemas verificados em pesquisas sobre mulheres e relações de gênero, aponto para as prerrogativas das e dos profissionais da História, apresentadas por Schmidt:

Sabemos que o historiador nunca é neutro e imparcial, ele também é sujeito de seu tempo. Porém acreditamos que, ao longo de sua formação, esse profissional desenvolve habilidades como a pesquisa em arquivos, a crítica documental, a interpretação de testemunhos e a coleta e análise de fontes orais que lhe permitem formular questões menos emocionais e mais balizadas por referências conceituais e metodológicas próprias de um conhecimento científico que tem por objetivo compreender, a partir da análise de vestígios do passado (ainda que recente), as tramas que o compuseram. (2014, p. 340).

Essas reflexões sobre a subjetividade e o posicionamento político e ético do pesquisador são pertinentes a um tema tão atual e com tanta demanda social como o é o feminismo.

Se hoje as mulheres ocupam esse lugar de protagonistas na luta por mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, é bom lembrar que nem sempre esse lugar foi permitido a elas.

As brasileiras, por muito tempo excluídas do espaço público, passam os 21 anos da ditadura civil-militar rompendo com o papel de gênero a elas imposto ao contestarem tal regime. A partir da década de 1970, começam a formar uma consciência política feminista ao

questionarem sua condição enquanto mulher na sociedade, seja dentro do espaço privado, no espaço público e até mesmo dentro de movimentos progressistas que defendiam mudanças na sociedade. Emergem desse período como protagonistas pelo movimento de Anistia, pela redemocratização e construção da Constituição Cidadã. Alargam sua inserção no mercado de trabalho, superam os homens no ensino superior, entram no século XXI conquistando leis e políticas públicas que atendem suas especificidades e demandas relacionadas ao seu sexo e ao seu gênero, como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei de Feminicídio (2015); e elegem a primeira presidenta do país, mexendo com todo o imaginário social sobre a mulher na sociedade. Todo esse resultado da luta feminista, além de promover a repercussão e adesão ao movimento, tem suscitado, aparentemente, uma reação conservadora que pode ser interpretada pela forma como se deu o processo de impeachment de Dilma Rousseff e o recente aumento nos índices de feminicídio em algumas cidades do país. O Atlas da Violência de 2019³ indica que houve um aumento no número de homicídios de mulheres, com 13 mortes por dia, o maior número registrado desde 2007. A dúvida, se tais dados refletem um aumento do número de feminicídios ou se são resultado da diminuição nos casos subnotificados, é esclarecida no documento ao demonstrar um aumento no número de homicídios contra a mulher ocorridos nas residências e aumento de homicídios causados por armas de fogo, evidenciando de fato um crescimento nos casos de feminicídio. O Atlas também aponta preocupação com a flexibilização da posse e do porte de armas no sentido de agravar ainda mais tal quadro.

Dentro do contexto referente a “uma revolução social silenciosa, porém incompleta” (ALVES et al, 2019) - pois ainda guarda desafios e desigualdades a serem superadas - é que a temática desta pesquisa ganha relevância social.

Investigar sobre o movimento feminista significa dar continuidade a um projeto de superação da exclusão e opressão de mais da metade da população brasileira, pois retira da invisibilidade e inscreve na história de Caxias do Sul a participação política desse grupo humano. Ao oferecer a oportunidade de escuta dos relatos de mulheres que fizeram parte do movimento feminista emancipacionista nessa cidade, busco por meio da memória individual de oito feministas investigar qual a memória coletiva desses agentes históricos. Como essas mulheres se constituíram enquanto feministas? Quais aspectos das trajetórias de vida das entrevistadas contribuíram para a formação de uma consciência política e feminista? Como a

³ Atlas da violência 2019. / Org.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

memória sobre essa parcela do movimento feminista pode contribuir para a construção de uma identidade positiva sobre as mulheres e sua participação na política?

Por que é relevante reconstituir a memória de mulheres sobre um período específico, qualquer que seja ele? Além disso, por que privilegiar a história oral como método para contar uma História das Mulheres?

Se analisarmos, só muito recentemente as mulheres figuram na historiografia. Para ser mais exata, isso acontece a partir dos anos 1980. Conforme Silva (2008), foi o encontro das pesquisadoras feministas que denunciaram a invisibilidade das mulheres dentro e fora da academia, com as mudanças do campo historiográfico. E isso ocorreu a partir da terceira geração da Escola dos *Annales*, que alargou as possibilidades do campo historiográfico, onde a vida privada, a família, a sexualidade, entre outros, passaram a ser objetos de interesse dos pesquisadores. Antes disso, a história privilegiava apenas assuntos envolvendo instâncias e espaços onde as mulheres eram excluídas - as histórias dos feitos políticos e militares, por exemplo.

[...] Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas – as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História! (PERROT, 2001,p.185).

As fontes legitimadas para a pesquisa histórica eram as oficiais. Essas, por sua vez, reservaram pouco espaço para as mulheres e quando as mencionava, faziam-no pelo olhar, geralmente, de um homem, branco e de condição econômica privilegiada. Assim, recuperar a memória dessas feministas sobre a sua participação política no período que vai da redemocratização à eleição dos governos populares, significa tirar as mulheres da invisibilidade na História e fugir a uma historiografia dita universal, dando lugar à pluralidade de narrativas e envolvendo diferentes atores sociais, conseqüentemente, contribuindo para uma “democratização da memória” (SALVATICI, 2005, p. 36 apud ROVAI, 2013, p.126). Além disso, como salienta Margareth Rago, as narrativas de mulheres contribuem para reconhecer uma “singularidade histórica”:

Significa reconhecer o aporte específico das mulheres na construção da cultura e da linguagem. Aporte construído não em nome das diferenças biológicas, mas sim porque vivenciam as diferenças de sexo e gênero, construídas social e culturalmente de acordo com os regimes de verdade de cada época. (RAGO *apud* ROSA, 2013. p.308).

Na busca por dar visibilidade a esse grupo de excluídos, que são as mulheres, pesquisadoras como Michelle Perrot (1989) ilustram a relação entre memória, oralidade e mulheres. Se a problemática das fontes oficiais dificulta o acesso à história das mulheres, as fontes particulares se apresentariam como uma valiosa alternativa. Entretanto, como a autora demonstra, há uma limitação no acesso até mesmo dessas fontes. Os diários, correspondências, atas da vida familiar, e outras fontes produzidas por mulheres eram desprezadas e, portanto, destruídas, não só pelos herdeiros que queriam preservar a intimidade das mulheres da família, como elas próprias se encarregavam dessa destruição, pois eram condicionadas à “adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres” e “um consentimento da negação de si que está no âmago das educações femininas” (PERROT, 1989, p.12-13).

Não só as limitações documentais privilegiam a história oral como método para uma História das mulheres, mas a relação íntima que essas têm com a memória. Essa relação é fruto do papel que as mulheres ocupam na sociedade.

Às mulheres cabe conservar os rastros da infância por elas governadas. Às mulheres cabe a transmissão das histórias de família, feita frequentemente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias, aos quais, juntas, acrescentaram um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em via de se apagarem. Às mulheres, o culto aos mortos e o cuidado dos túmulos, pois é de sua incumbência o cuidado das sepulturas” (PERROT, 1989. p. 15).

Coube às mulheres em várias sociedades as transmissões de tradições e histórias pela oralidade. No Brasil, tanto por positivistas como comunistas, a elas foi destinada a tarefa da formação da identidade nacional. A “mãe cívica” devia preparar o cidadão (RAGO,1997, p.592).

São os papéis sociais atribuídos aos sexos que influenciam o modo como homens e mulheres constroem suas narrativas, e as últimas têm um modo muito particular em suas lembranças. Tanto Garcia (2004) como Perrot (1989) afirmam que as mulheres fazem sua lembrança de forma muito ligada aos outros, principalmente à família. Perrot afirma ainda maior loquacidade das mulheres, enquanto aos homens há um mutismo, como se “falar de si mesmo seja contrário à honra viril”(1989, p. 16).

Por fim, quero destacar que a noção de subversão é a tônica ao se associar feminismo e história oral. Subversão, pois o feminismo vem desde o início do século XX conquistando e exigindo igualdade de direitos não somente na esfera pública como também no âmbito privado, mudando a consciência não só das mulheres, mas da sociedade como um todo. A história oral, por sua vez, é subversiva. Pois além de viabilizar a escuta de atores sociais

excluídos, ao rememorar o indivíduo, reavalia, ressignifica e atribui significados aos fatos de sua vida. Isso possibilita a formação de uma consciência política e da própria identidade de indivíduos e grupos sociais. Como melhor ilustra Garcia:

Na história de vida das mulheres encontramos momentos de descoberta que colocam em xeque a identidade atribuída, produzem uma nova consciência sobre si mesma, assumem um novo papel, propicia o nascimento da solidariedade entre as mulheres. (GARCIA, 2004, p. 553).

Assim, essa pesquisa, ao reconstruir a memória do movimento feminista por meio da história oral, pretende contribuir para esse processo de transformação social, tirando da invisibilidade e inscrevendo na história de Caxias do Sul a participação das mulheres como agentes políticos, rompendo com visões universais sobre o período estudado, reconhecendo o aporte e as práticas políticas específicas das mulheres.

É fato que a História das mulheres ou a inserção das mulheres na história é recente. No Brasil, tem crescido o número de estudos que procuram inseri-las na historiografia a partir da trajetória de vida e memória das mulheres sobre o período da ditadura civil-militar.

Em “O que é feminismo”, Alves e Pitanguy (1984) afirmam que, após a conquista da participação política das mulheres pelos movimentos sufragistas pelo mundo, há um refluxo nas organizações de reivindicações das mulheres. O movimento feminista só viria a reflorescer em meados dos anos de 1960, juntamente com a efervescência dos movimentos de contracultura e novos movimentos sociais como o movimento negro, de minorias étnicas, homossexuais e ecológicos. No Brasil, nesse mesmo período, se instalava o Estado de Exceção da ditadura civil-militar, cerceando qualquer movimento reivindicatório e apoiando-se sobre uma sociedade conservadora. Nesse contexto de guerra fria, em resposta ao avanço de um projeto nacional desenvolvimentista, de defesa da soberania nacional, de avanços e reformas sociais como a reforma agrária e a reforma educacional, as chamadas Reformas de Base, a elite brasileira apoiada pelos Estados Unidos colocaram em prática um golpe civil-militar no Brasil. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade dava sinais do conservadorismo em que se apoiava o golpe e o regime civil-militar que se instaurou. Enquanto nos Estados Unidos as mulheres reivindicavam direito ao próprio corpo e ao prazer, conquistando direitos como a pílula anticoncepcional e rompendo com tabus da sexualidade, virgindade e padrões de beleza, no Brasil a ditadura militar reforçava relações sociais do tipo burguês⁴, de grande controle sobre o corpo feminino atribuindo às mulheres apenas as funções

⁴ Maria Ângela D’Incao escreve sobre como a consolidação do capitalismo e a ascensão da burguesia implicam em uma reformulação da vivência familiar e na construção de uma nova mulher, dedicada ao espaço doméstico e

de dona de casa, esposa e mãe e sendo o recato e a virgindade ao casar condições indispensáveis à essas mulheres. Exemplo disso, como cita Moraes (2015, p.16.), as forças de repressão ao encontrar pílulas anticoncepcionais em poder de uma mulher consideravam-na como uma possível subversiva.

Apesar disso, as brasileiras passaram a romper com os papéis de gênero impostos no contexto ao participar da resistência à ditadura militar. Foi nessa conjuntura que as brasileiras começaram a se enxergar não só como agentes políticos, mas também como feministas, o que explica a atenção que o assunto vem ganhando na academia.

Dos trabalhos que procuram tratar sobre História das mulheres na perspectiva da história oral, destaco as publicações a seguir.

Em “Mulheres, ditaduras e memórias – ‘Não imagine que precise ser triste para ser militante’”, Susel Oliveira da Rosa (2013) conta com a colaboração de três militantes políticas que participaram na luta contra o regime militar e sofreram com a tortura, prisão e exílio. São elas: Nilce Azevedo Cardoso, Danda Prado e Flávia Schilling. Cada uma das entrevistas é abordada em um capítulo específico do livro. A publicação tem uma escrita fluída, o que permite ao leitor submergir na trajetória de vida de cada uma das colaboradoras, e também possibilita o diálogo entre a memória dessas com a literatura, filosofia, cinema e aspectos importantes da teoria feminista. Nesse diálogo fica evidente aspectos de gênero compartilhados pelas militantes em suas experiências como agentes políticas, como por exemplo, a desconsideração da condição feminina pelos grupos de esquerda, onde era no mínimo um tabu falar sobre machismo, pois seria um desvio da luta principal: derrotar o regime ditatorial; ao mesmo tempo em que essa condição feminina era exacerbada pelos torturadores.

Destaco ainda a contribuição que essa publicação deixou ao relacionar o conceito de Gilles Deleuze sobre os encontros que potencializam ou diminuem a ação com a trajetória de cada entrevistada. Tal relação fica evidente nas narrativas sobre como elas recorreram às amizades, seja nos cuidados entre colegas de cárcere ao envio de cartas, encontros que foram capazes de potencializar o ato de resistir e se reinventar após as situações-limites em que se viram envolvidas - prisão, tortura e exílio. Dessa forma, a autora e as colaboradoras acabam por desmistificar a suposta rivalidade natural entre as mulheres e apontam como a amizade entre essas alcança um sentido político. Na articulação entre as entrevistas e teorias

a família. Maria Ângela D’Incao. Mulher e a família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (Coord. De textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997

feministas, o estudo de Rosa contribui também para o esclarecimento sobre a generização imposta aos corpos, as dicotomias entre masculino e feminino e sobre o conceito de poética feminista para o desenvolvimento de uma consciência feminista, elementos que contribuem com os objetivos de minha pesquisa.

Trabalhos como o de Rosa demonstram que ao partirem para o exílio, brasileiras que atuaram na resistência contra o regime militar entraram em contato com a leitura de pensadoras feministas, em países como a França, e através de redes de solidariedade fizeram circular tais ideias no Brasil.

A constituição de organizações denominadas feministas é um tema ainda pouco abordado. Assim, creio ser de importante contribuição a dissertação de mestrado em História de Rubia Carla Martins Rodrigues (2010), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, intitulada “As vozes que não se calaram: História e Memória do Movimento Feminista em Goiânia”. Por meio dos relatos de quatro feministas, a historiadora e professora Carmelita Brito de Freitas Felício, que criou o NUFEM (Núcleo Feminino da METAGO); a socióloga e professora Nilva Maria Gomes Côelho; Kemle Semerene Costa, umas das criadoras do grupo Transas do Corpo e a historiadora e professora da PUC – Goiás, Lúcia Helena Rincón Afonso, que participou do CPM (Centro Popular da Mulher) e militante do PCdoB.

A partir da memória individual, a autora centrou seus objetivos em construir um quadro da memória coletiva das militantes; abordou o contexto histórico de onde emergem esses discursos e analisou o surgimento de várias entidades feministas em Goiânia, para além das entidades das quais participaram as entrevistadas. Essa pesquisa corrobora para elucidar a multiplicidade do movimento feminista e a variedade de concepções feministas. Apesar dessas diferenças, Rodrigues pôde traçar um perfil de identidade coletiva do movimento feminista em Goiânia, mantendo um diálogo com outras produções sobre o tema, contribuindo para um quadro geral do feminismo no Brasil.

Articulando as entrevistas com materiais sobre feminismo, a autora contribuiu para recuperar e apontar as especificidades das segunda e terceira onda do feminismo no Brasil. A segunda onda, coincidindo com a formação dos primeiros grupos feministas de reflexão ou estudos, um feminismo muito ligado a pautas como a democracia. Os grupos que se formam nesse período assumem como autonomia a rejeição a hierarquias ou contato com partidos políticos. Já a terceira onda do feminismo é identificada como um “feminismo de Estado”, conforme definição de Sônia Alvarez (1996 apud RODRIGUES, 2010, p.46), assim definido pois as entidades feministas do período promoveram uma aproximação do Estado através da presença em conselhos e outras instâncias administrativas importantes para a promoção de

políticas públicas, e de partidos políticos influenciando na organização dos programas desses, sem que isso significasse uma perda da autonomia dessas entidades feministas. Entretanto, esse ponto foi fator de conflito interno entre esses grupos, como mostra a pesquisa de Rodrigues. A pesquisa ainda aborda as práticas políticas de cada grupo, suas especificidades, similaridades e conflitos entre eles.

Creio que o número reduzido de colaboradoras, os quais Rosa e Rodrigues recorrem em suas pesquisas, permitiu formar um quadro mais coeso de uma memória e identidade coletivas do movimento feminista no Brasil. Uma abordagem diferente é a da antropóloga Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira (1996), intitulada “Mulheres, militância e memória”, onde a pesquisadora entrevista 13 ex-presas políticas de diferentes organizações. Ela busca articular as trajetórias individuais às trajetórias coletivas, focando sua atenção a três momentos da vida das entrevistadas: a entrada na militância e a clandestinidade, prisão e tortura e reinserção na legalidade.

A autora reconhece a multiplicidade das organizações que se colocavam contrárias ao regime militar, e de como essa multiplicidade se faz presente nas narrativas que colheu. Essas narrativas não são apresentadas de forma individual, mas como diz Ferreira, em forma de diálogo entre as 13 entrevistadas criando uma polifonia que engloba as semelhanças e as discordâncias dos relatos. Seu foco é investigar sobre a elaboração de identidades individuais e sociais dessas militantes. O livro é dividido da seguinte forma: O primeiro capítulo trata sobre o contexto e uma cronologia sobre a violência do regime militar. O segundo capítulo trata de elaborações teóricas sobre as três perspectivas analisadas: mulheres, militância e memória. Já o terceiro capítulo traz considerações teórico-metodológicas sobre as entrevistas. O quarto capítulo traz de forma indireta os relatos das entrevistadas e o quinto e último capítulo apresenta as conclusões e reflexões da autora. Embora a autora afirme ter identificado uma base comum incontestável entre as entrevistadas, que vão do ideal de democratização em sua adesão à militância e a permanência de princípios na reinserção na vida legal, creio ser uma publicação densa. Isso pode ser fruto da própria multiplicidade e heterogeneidade de movimentos contestatórios dos quais as entrevistadas fizeram parte. Os relatos poderiam ser mais explorados e, quem sabe, dialogar mais com toda a construção teórica desenvolvida nos demais capítulos.

Tem se expandido obras que tratam sobre a militância feminina no período da ditadura civil - militar. Essas têm tratado dessa descoberta pelas brasileiras da possibilidade de atuar como agente transformador da sociedade, afirmando que as mulheres da segunda onda feminista iniciaram sua trajetória política em defesa da democracia e em nome de um projeto

coletivo ao mesmo tempo em que vão constituindo uma consciência e identidade feminista. E a partir disso, vão formando grupos de reflexão e estudos, núcleos de mulheres nos movimentos sociais e partidos políticos e grupos autônomos de feministas. Essas publicações contribuem para democratizar e pluralizar a História. No entanto, é necessário avançar na investigação sobre como se deu a consolidação desses grupos feministas e a sua maturidade como teoria através das diferentes concepções de feminismo, desmistificando a ideia de um movimento homogêneo e reconhecendo a pluralidade de feminismos existentes. Como não foi a minha pretensão dar conta da diversidade desse movimento optei por selecionar os grupos feministas que investiguei tendo como critério a concepção emancipacionista de feminismo.

Assim, para responder os problemas levantados anteriormente sobre o tema, é preciso refletir sobre alguns conceitos que irão contribuir para a análise das fontes orais.

Uma das perguntas que com certeza inquietam pesquisadores das humanidades e que particularmente me inquieta e é muito importante para essa pesquisa é: Qual origem, como ou o porquê de existir desigualdade entre os grupos humanos? O que faz com que um determinado grupo seja escolhido como inferior e, portanto, marcado como alvo de violência do conjunto da sociedade? Em se tratando das mulheres e com foco nos objetivos deste trabalho, quais aportes teóricos podemos nos referenciar para refletir sobre a exclusão, opressão e desigualdade que afetam aquelas? Um desses conceitos é o de “identidade” e sua relação com o "outro".

Iniciarei abordando sobre a identidade e as relações entre os gêneros, haja vista ser o recorte que nesta pesquisa interessa.

Joel Candau entende identidade como “uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialética com o Outro” (CANDAU, 2012, p.9).

Simone de Beauvoir, precursora para a teoria feminista, escreve o livro “O Segundo Sexo”, onde provoca ao perguntar se após a conquista do sufrágio devem as feministas falar em um problema da mulher e, sobretudo, o que é mulher? A autora buscava compreender as raízes da opressão feminina. Beauvoir aponta que a mulher é o outro do homem.

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea, o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 2016. p 12-13).

A autora diz ainda:

A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias encontra-se sempre uma

dualidade que é a do Mesmo e do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente pelo signo da divisão dos sexos. [...] Nenhuma coletividade se define nunca Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si.[...] Os judeus são “outros” para o antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. (BEAUVOIR, 2016, p. 13).

E, é claro, as mulheres são o “outro” para os homens. Elas são definidas pelo olhar do homem e passam a se definir por esse olhar, aceitam uma identidade imposta a elas. Woodward (2000) permite aprofundar a compreensão desse aspecto relacional e de marcação de diferença para a formação da identidade. Conforme a autora, identidade e diferença mantêm uma relação de dependência: um grupo é aquilo que o outro não é, e essa diferença é sustentada pela exclusão. Para a autora, “a construção de identidade é tanto simbólica quanto social”, sendo os símbolos usados para marcar diferenças e identidades. (WOODWARD, 2000, p.9-10).

Sobre a identidade imposta às mulheres, Garcia (2004) contribui ao afirmar que a história oral de vida permite às mulheres romper com essa identidade imposta que as coloca como inferiores, adquirindo uma consciência política, impulsionando-as a lutar por seus direitos.

As brasileiras vêm de uma sociedade sem tradição democrática, leia-se consciência de cidadania marcada pela desigualdade monstruosa na distribuição da renda, por alto índice de analfabetismo, onde metade da PEA percebe até um salário mínimo; enfim uma sociedade machista, sexista, racista, classista e homofóbica. As histórias descortinam o momento no qual despertam para a luta pelos direitos (*stand up for your rights*). A cultura brasileira não ensina as mulheres se defender, lutar, exigir. Elas crescem alheias a tais atitudes; mesmo se as desenvolvem na vida pública ou profissional, é bastante comum não transpô-la para a vida privada e pessoal. O modelo de feminilidade proposto pela socialização brasileira cria mulheres passivas com baixa auto estima, se vendo como ser frágil a espera de alguém que lute por elas, cuide delas, mesmo quando na vida real são as provedoras materiais, mesmo assim permanecem desejando o cumprimento do “destino” feminino (GARCIA, 2004, p.549).

Assim, a oportunidade de escuta da história oral de vida dessas feministas permite analisar quais aspectos de gênero, raça e classe perpassam pela trajetória de vida de cada uma delas; as semelhanças e as contradições dentro do grupo, as características que formam o quadro social desse grupo; o momento de despertar para a luta política e social e como se descobriram feministas. Ou seja, permite chegar a uma identidade e memória do grupo feminista de concepção emancipacionista de Caxias do Sul, a segunda cidade mais populosa do Rio Grande do Sul. Permite, ainda, analisar os momentos de “*turning point*” e “*stand up for rights*” presentes nas narrativas, conforme explica Garcia:

Histórias de vida como base para construção de teorias sobre o papel do comportamento do indivíduo na mudança e na transmissão da cultura. A partir da história extraímos três momentos fundamentais.

- a) a construção da identidade na socialização primária da família e escola, vizinhança.
- b) a desconstrução da identidade-turning point-, quando tudo que foi internalizado na socialização primária é questionado.
- c) a reconstrução da nova identidade - o momento do stand up for your rights, e o papel essencial dos grupos de apoio e da amizade neste processo. (GARCIA 2004. p.550).

O livro “História Oral, feminismo e política”, de Daphne Patai, contribui com alguns pontos sobre questões éticas e metodológicas ao se trabalhar com a História Oral.

Se há um consenso hoje em dia, de que a história de grupos marginalizados ou excluídos, bem como a imagem construída sobre esses foi criada, em grande parte, através do ponto de vista de indivíduos privilegiados e do sexo masculino que acarretaram em distorções, cabe o cuidado das pesquisadoras e dos pesquisadores em não reproduzi-las. E esse cuidado inicia ainda na produção das entrevistas, pois os relatos que dali resultam, como define Patai, são “um ponto de intersecção entre duas subjetividades” (PATAI, 2010, p. 20), a do entrevistador e do entrevistado, no que diz respeito às visões de mundo, gestos, hesitações, entre outros. Por esse motivo, a autora se preocupa em deixar claro de que forma foram conduzidas as entrevistas, as circunstâncias, as restrições e o papel que desempenhou na entrevista.

Outro ponto importante sobre História Oral levantado pela autora é a importância de não crer nos relatos como transparentes retratos da verdade. Se na entrevista há a presença de subjetividades, na textualização não seria diferente. A autora alerta que em História Oral nem o pesquisador nem o entrevistado cumprem um papel mais importante que o outro. Patai lembra que o pesquisador é marcado por concepções prévias que influenciam o desenvolvimento das etapas da História Oral, assim como as reações desse influenciam na narrativa que emerge. Entretanto, isso não impossibilita a autonomia na criação narrativa do entrevistado. Colabora com essa perspectiva a noção de que o entrevistado é na verdade um colaborador no projeto de pesquisa, como defendem Meihy e Ribeiro (2011, p.23).

As narrativas não são um retrato da realidade, pois não raro os colaboradores apresentam perspectivas conflitantes sobre um mesmo tema, o que não deve causar temor ou frear o projeto do pesquisador, pois como lembra Patai, tratando especificamente sobre histórias de vida: “[...] histórias de vida não nos apresentam a “realidade”, mas, antes disso, a sua evocação verbal feita por um determinado indivíduo numa situação específica” (PATAI, 2010, p. 39). Assim, a história oral de vida não serve para ilustrar a realidade transparente de um contexto, tampouco, serviria apenas para narrar fatos da vida de um indivíduo, mas sim permite nos mostrar como, no caso do trabalho desenvolvido por Patai, mulheres atribuem

significados a acontecimentos de suas vidas construindo “um eu” para si mesmas. O que pode ser melhor compreendido nas palavras de Agnes Hankiss, utilizadas por Patai:

A imagem do eu nunca é um mero reflexo das experiências ligadas ao eu: ela inclui uma resposta específica ao “porquê” do desenvolvimento do eu. Cada qual um constrói sua teoria a respeito da história e do curso de sua vida, buscando classificar seus sucessos, dons e escolhas pessoais, elementos favoráveis e desfavoráveis em seu destino, de acordo com um princípio explicativo coerente; buscando incorporá-los dentro de unidade histórica. Em outras palavras, todos tentam, de uma forma ou de outra, reforçar sua própria ontologia. (HANKISS 1981, p. 204, apud Patai, 2010, p.60).

Essa perspectiva contribui para refletir como a história oral de vida dessas militantes está ancorada na busca por uma identidade feminista.

Sobre as desigualdades estruturais que por vezes separam o entrevistador do entrevistado cabe um comprometimento ético por parte do primeiro. Nesse sentido, Patai reafirma o caráter militante da História Oral:

Creio que enxergar nossas ações meramente como oportunidades para pessoas silenciadas (embora, obviamente, isso seja feito) é distorcer nossas obrigações, que devem ultrapassar a situação imediata em direção à estrutura que permite que essa mesma situação seja perpetuamente reproduzida (PATAI, 2010, p. 29).

Retomando as considerações acerca da memória contribuir para dar visibilidade a um grupo excluído e para a construção de uma identidade não atribuída, se faz necessário elucidar a relação que a memória e identidade mantêm. Conforme Candau (2012) identidade e memória estão interligadas em uma relação dialética. Buscamos na memória do nosso passado elementos para afirmar nossa individualidade ao mesmo tempo que a busca identitária influencia na evocação de memórias, através de estratégias como esquecimentos, interpretações, ajustes, e outros.

Se a memória é “geradora” de identidade, no sentido que participa de suas construções, essa identidade, por outro lado, molda predisposições que vão levar os indivíduos a “incorporar” certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais, [...] que dependem de representações que ele faz de sua própria identidade, construída “no interior de uma lembrança”. (CANDAU, 2012, p.19).

Candau (2012) classifica a memória de três formas: a primeira seria a memória de baixo nível ou protomemória, que são as memórias de nossa socialização, saberes, experiências, gestos, costumes, coisas que herdamos de geração em geração, desde a nossa infância. Aquilo que reproduzimos sem que seja necessário uma reflexão crítica. Já a memória propriamente dita, ou de alto nível é a aquela que diz respeito ao ato de lembrar seja por um evocação deliberada ou involuntária. E por último a metamemória, que é a representação que se faz de um passado, “uma memória reivindicada, ostensiva”(CANDAU, 2012, p.23).

O autor ainda diferencia o que é memória fraca e memória forte.

Denomino memória forte uma memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo [...] Uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade.[...]

Denomino memória fraca uma memória sem contornos bem definidos, difusa e superficial, que é dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos cuja identidade coletiva é, por esse mesmo fato, relativamente inatingível. Uma memória fraca pode ser desorganizadora no sentido de que se pode contribuir para a desestruturação de um grupo. (CANDAUI, 2012, p. 44 - 43).

Essas definições são fundamentais para a resolução do problema levantado por Candau ao questionar a validade em usar o conceito de “memória coletiva” e “identidade coletiva”. O autor faz isso avaliando o grau de pertinência das chamadas retóricas holísticas aplicadas aos dois termos. Ao que conclui ser possível se:

De fato, cada vez que no interior de um grupo restrito as memórias individuais querem e podem se abrir facilmente umas às outras, como nos casos em que existe uma “escuta compartilhada” visando os mesmos objetos, percebe-se então uma focalização cultural e homogeneização parcial das representações do passado, processo que permite supor um compartilhamento da memória em proporções maiores ou menores. (CANDAUI, 2012, p.46).

O autor afirma a importância da presença de memórias fortes e do tamanho do grupo; quanto menor mais provável de se verificar tal pertinência.

Visto a dimensão e a pluralidade do movimento feminista e a partir dos problemas levantados por Candau (2012) sobre a pertinência do uso do termo “memória coletiva” e “identidade coletiva”, opto por selecionar as colaboradoras desta pesquisa a partir de um grupo coeso, que defendem uma corrente de feminismo específica, a de concepção emancipacionista.

Por fim, os estudos sobre história das mulheres exigem o entendimento do conceito de gênero.

O feminismo é entendido além de um movimento social, uma corrente de pensamento, pois procura dar respostas à origem da opressão das mulheres, bem como a superação dessa opressão. Como aponta Celi Pinto:

[...] é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. (PINTO, 2010, p.15).

Como apontam Alves e Pitanguy, na década de 1940, em meio ao refluxo do movimento feminista após as conquistas do direito à cidadania política, Simone de Beauvoir apresenta as raízes culturais da opressão feminina.

Simone de Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que ela sofre durante o período de sua socialização, condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam-na alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem. Para a autora em nossa cultura é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, e esta autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a sua oposição com o sexo feminino, transformado em objeto, é visto através do sujeito. (ALVES E PITANGUY, 1981, p.52).

Ainda conforme as autoras, é a publicação da obra “O Segundo Sexo” de Beauvoir que dá as bases para a teoria feminista que emerge entre os anos 1960 e 1970 na segunda onda do feminismo. Assim, na busca por explicar as origens da opressão feminina e, como aponta Silva (2008), para romper com a invisibilidade da mulher na historiografia e para superar paradigmas tradicionais do conhecimento, que determinavam uma categoria universal de sujeito, pesquisadoras feministas desenvolvem a categoria de gênero que, como informa Moraes (1998):

No decorrer dos anos 90, em decorrência do impacto político do feminismo e de novas perspectivas de análise o uso da categoria gênero tornou-se mais frequente, sendo introduzido nas universidades e instituições acadêmicas em várias partes do mundo ocidental, inclusive o Brasil. (1998, p.99).

Ainda conforme Moraes, a construção da categoria gênero passou por algumas limitações semânticas, sendo muitas vezes utilizada como sinônimo de mulher em várias publicações científicas ao invés de ser utilizada para se referir ao aspecto relacional que o conceito tem, pois gênero tem implicações para ambos os sexos. Sobre isso a autora demonstra que:

Enquanto que, em inglês, gender é um substantivo que designa exatamente a condição física e /ou social do masculino e feminino, a palavra gênero, em português, é um substantivo masculino que designa uma classe que se divide em outras, que são chamadas espécies. Existe, portanto, uma dificuldade semântica que confunde o leitor médio e que obriga, na verdade, a uma constante necessidade em definir o que seja gênero, sempre que utilizamos tal categoria em português. (MORAES, 1998, p.101).

Dessa forma, é a definição de gênero desenvolvida por Joan Scott (1989) que utilizo para a presente pesquisa. Joan Scott em “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, fez um balanço das principais produções que pretendiam definir o conceito de gênero, e após analisá-las apontando reducionismo, determinismo e outros problemas, desenvolveu a seguinte definição de gênero: “um elemento constitutivo das relações sociais, construído a

partir de atribuições culturais baseadas nas diferenças entre os sexos. Gênero, portanto, é uma forma primeira de significar as relações de poder”. (SCOTT, 1989, p.21).

Gênero é constituído por símbolos culturais e de conceitos normativos que se expressam na religião, educação, política, entre outras instituições e doutrinas, formando e reproduzindo oposições binárias que definem o que se entende por homem e mulher.

Para a realização das entrevistas elaborei um roteiro de perguntas que me auxiliaram no desafio de responder as questões aqui apresentadas. Creio que os problemas levantados por essa história resultem no encontro entre a história oral de vida dessas mulheres militantes com a história oral temática sobre o movimento feminista em Caxias do Sul. Assim, elaborei um roteiro de perguntas sobre suas trajetórias de vida para perceber quais aspectos de gênero marcaram o despertar político e a constituição feminista dessas mulheres. Perguntas como: “Como você começou a se interessar por movimentos políticos e sociais?”. “Como você se percebeu feminista?”. O que significa para você ser uma feminista emancipacionista”? Assim, também elaborei questões referentes à temática do movimento de mulheres: “Quais eram as principais reivindicações? Quais práticas e estratégias eram utilizadas?”

As narradoras que participaram dessa história são⁵:

Eremi Melo, nascida em 04 de fevereiro de 1965, natural de Vacaria, metalúrgica e dirigente sindical.

Ivani Teresinha Francisco de Lima, nascida em 24 de dezembro de 1957, educadora, foi vice-presidenta da UBM Rio Grande do Sul e atualmente faz parte de outro movimento de mulheres chamado AMT (Ação da Mulher Trabalhista).

Ivanir Fátima Perrone, nascida em 3 de outubro de 1959 em São Joaquim, é vice-presidenta do Sindicato dos Comerciários.

Jocemar Conceição Barbosa, Joce como gosta de ser chamada, nascida em 08 de dezembro de 1966 e é auxiliar administrativa. Foi presidenta e secretária da Associação de Moradores do bairro Sagrada Família, vice-presidente e secretária geral da União das Associações de Bairros, e umas das fundadoras da UMCA.

Joceli Aparecida de Queiroz, nascida em 15 de março de 1965, em Caxias do Sul, telefonista.

Lourdes Zobot, nascida em 25 de julho de 1957, na cidade de Casca, formada em Relações Públicas, é a atual presidenta da UBM Caxias do Sul.

⁵ As entrevistas realizadas após março de 2020, coincidindo com a pandemia do Covid-19 se realizaram dentro das medidas de prevenção com o uso de máscara e distância de 2 metros entre entrevistadora e entrevistada. As entrevistas com Joceli e Mari foram realizadas nas residências de ambas, as demais entrevistas foram realizadas na sede da UBM Caxias do Sul e no antigo prédio do Sindicato dos Comerciários de Caxias do Sul.

Mari do Santos Nery nascida em 7 de junho de 1962 em Caxias do Sul, aposentada, ex-presidenta da UMCA.

Solange Silva Carvalho, nascida em 8 de novembro de 1961 em Caxias do Sul, é professora de história e vice-presidenta do Cpers.

Uma das preocupações das colaboradoras desta pesquisa é em relação à exatidão das datas de alguns acontecimentos. A própria falta de fontes é mencionada por elas e o fato de não terem sido preservados muitos dos documentos referentes a UMCA e UBM. A falta de fontes e o fato mencionado anteriormente, sobre como as entrevistas não devem ser confundidas com um testemunho de uma dada realidade, assertiva que se aplica à qualquer outra fonte, são fatores que recomendam que a pesquisadora ou pesquisador façam o cruzamento entre diferentes fontes, mantendo, é claro, rigor metodológico e teórico aplicáveis a cada tipo de fonte. Dessa maneira, recorri a uma pesquisa no sistema do Centro de Documentação da Câmara De Vereadores de Caxias do Sul, onde encontrei um relevante número de matérias do jornal *Pioneiro* vinculado ao tema, principalmente sobre a atuação da UMCA e do Fórum de Mulheres Caxienses. Observei uma diminuição a partir do ano 1997 nas publicações do jornal *Pioneiro* referentes aos movimentos de mulheres, ao passo que as publicações referentes ao 8 de março (Dia Internacional da Mulher) aumentaram, mas focando em exemplos individuais de mulheres e menos em publicações referentes aos movimentos sociais. Encontrei também algumas publicações do jornal *Correio Rio-grandense* muito representativas sobre a opinião do mesmo a respeito das feministas. Essas publicações são um acervo de fontes muito valioso tanto para pensarmos o discurso do período sobre o movimento, como para remontar os principais acontecimentos, ajudando na reconstrução cronológica de algumas datas, além de possibilitar uma análise entre discurso hegemônico e o discurso do movimento feminista.

Ao realizar a entrevista com Mari, ela me emprestou, para cópias, fotografias do seu acervo pessoal e indicou a existência de um acervo sobre a história da UMCA nas dependências do Sindicato dos Metalúrgicos. Comentei com Lourdes sobre a conversa com Mari, a respeito desse acervo, e ela em poucos dias me comunicou ter encontrado um álbum de fotografias de atividades da UMCA e da UBM, e prontamente me emprestou para a pesquisa. O terceiro arquivo pessoal de fotografias que tive acesso foi o de Jocemar Barbosa.

Quando fui entrevistar Ivanir, ela me pediu alguns minutos e começou a procurar materiais sobre a UBM em suas pastas. Quando mostrei a ela o álbum de fotografias, que passei a levar para cada entrevista, ela se surpreendeu e me perguntou onde eu havia conseguido aquele álbum que ela assegura ter organizado.

Portanto, esse conjunto de fotografias, do qual tive acesso, se tornou mais uma fonte para essa polifonia de discursos acerca do movimento feminista em Caxias do Sul. Não se trata de recorrer a uma fonte mais fidedigna que a outra, mas de cruzar diferentes discursos. Afinal, tanto a memória, quanto às fontes impressas e as fotografias são fontes sem uma intencionalidade ou depósitos da verdade.

Por isso, é importante pontuar algumas considerações sobre o uso de cada uma. Rafael Lapuente (2016) trata sobre a influência política e econômica na imprensa, a penetração do mercado através dos anúncios, as relações de poder, as disputas políticas, o controle do Estado e os interesses de grupos sociais que perpassam por essas fontes.

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes, buscando evidenciar – e cativar – o seu público-leitor. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, pois há, nos bastidores de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico) (LAPUENTE, 2016, p.18).

As fotografias também não podem ser entendidas como neutras, sem intencionalidade ou subjetividade, mesmo que se tratando de fotografias de acervo pessoal e não propriamente registradas para fins de comunicação.

As imagens técnicas, dentre essas, a fotografia e o cinema, também devem atrelar seu uso à sua função na economia visual da sua época histórica. Por exemplo, as imagens do fotojornalismo que figuram a experiência histórica contemporânea são, geralmente, naturalizadas como a História congelada pelo instantâneo fotográfico quando, de fato, dialogam com o seu tempo, sendo resultado de uma escolha - tempo e espaço da foto - e de um olhar - definido por quem fotografa ou pelo veículo da foto. Requer-se, para a sua análise histórica, uma contextualização mínima: agência ou fotógrafo, data e local. (MAUAD, 2015, p. 85).

Diante do exposto, esta monografia está dividida em 3 capítulos. No capítulo 2, busco manter um diálogo entre as tendências do movimento feminista no Brasil e em Caxias do Sul, identificando quais eram as principais demandas e estratégias utilizadas pelas militantes.

No capítulo 3, investigo sobre: o processo de constituição das narradoras como agentes políticas e como feministas; quais elementos contribuíram nesse processo; em quais limites e dificuldades a luta política delas esbarra; e, por fim, o que significa para elas ser uma feminista.

2 UM DIÁLOGO ENTRE O FEMINISMO NO BRASIL E EM CAXIAS DO SUL

É comum dentro da bibliografia sobre a história das mulheres classificar o movimento feminista a partir do agrupamento de características mais ou menos similares, conforme determinado contexto histórico, sob o nome de “ondas feministas”.

Com isso, mesmo que em toda a história da humanidade seja possível encontrar vestígios de experiências de mulheres que enfrentaram as limitações e os padrões de comportamento impostos por seu tempo, somente a partir das décadas finais do século XIX que podemos falar em um movimento feminista, ou seja, de mulheres organizadas em prol dos seus direitos.

O presente capítulo pretende apresentar, em linhas gerais, o percurso do movimento feminista no Brasil e fazer um diálogo entre aquele e as tendências do movimento na cidade de Caxias do Sul por meio da memória das feministas da UMCA e UBM.

2.1 AS ORIGENS DO MOVIMENTO FEMINISTA: AS PIONEIRAS

“Tu vê no país em 1910, ainda estou falando a nível de Brasil, as mulheres operárias de São Paulo fizeram a primeira greve no país. Tu vê que em 1932 foi através de muita luta que as mulheres conseguiram ter direito a voto no país.”⁶

A “primeira onda” do feminismo é situada entre os finais do século XIX e início do século XX. Nessa primeira onda o feminismo se pautava, basicamente, em dois eixos: as sufragistas, em grande maioria mulheres oriunda da elite que tinham como principal objetivo garantir direitos políticos, votar e ser votada; e, por outro lado, o grupo formado por mulheres operárias que pautavam a conquista de direitos trabalhistas. Já para Pinto (2003), podemos identificar três vertentes do movimento feminista neste período:

A primeira delas, a mais forte e organizada, é a liderada por Bertha Lutz, que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente. Porém, como veremos mais adiante, tem limites muito precisos: nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. (PINTO, 2003. p.14).

Essa vertente a autora classifica como “face bem-comportada do feminismo”. Já as outras duas vertentes são classificadas como “face mau-comportada do feminismo”:

⁶ NERY, Mari dos Santos. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul 19 de fevereiro de 2020.

A segunda vertente é a que se poderia chamar de feminismo difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa.[...] Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do domínio público. Em seus textos, tocam em temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio. [...]

A terceira vertente se manifesta no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Trata-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes desses movimentos de esquerda que defendem a liberação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas. (PINTO, 2003, p.15).

Sobre a organização das mulheres operárias vale destacar o seu papel decisivo nas primeiras grandes greves no Brasil. Teles (1993) destaca greves no setor têxtil em São Paulo em 1906, 1907 e 1917, as quais foram o estopim à primeira greve geral no país, já que neste setor predominava a mão de obra feminina e infantil, onde a remuneração era cerca de 30% a menos que os salários dos homens⁷. Sobre a greve de 1917, Teles diz que:

A 10 de junho de 1917 começou a greve das operárias têxteis da fábrica Crespi, estopim da greve geral que paralisou São Paulo. Na ocasião foram presos homens e mulheres. No enterro de um operário morto pela repressão policial, uma oradora discursou. Apesar da grande repressão que se abateu sobre o movimento, este conseguiu a promulgação de uma lei que incluía a abolição do trabalho noturno da mulher e do menor.” (1993, p.43).

Entre essa última vertente constam nomes como Ernestina Lésina que escrevia para a revista operária *Anima Vita*, dirigida às mulheres, e Maria Lacerda de Moura, professora e escritora feminista que defendia o amor livre, educação sexual e centrava sua crítica no capitalismo e sua relação com a opressão das mulheres. Mas é importante destacar a existência de uma complexa relação entre esses movimentos de concepção anarquista e comunista e o feminismo. Um grande preconceito e resistência de todo o conjunto da militância e, inclusive, de muitas das próprias militantes em se assumir como feminista. Havia uma redução da opressão das mulheres a uma questão apenas econômica. Essa contradição vai se estender para outras ondas do feminismo, como veremos adiante.

Mas se, por um lado, é verdadeira a distância entre movimentos libertários e o feminismo, por outro as próprias ideologias que o professavam diminuam o espaço do preconceito contra as mulheres, permitindo que muitas delas se expressassem. Aí reside um espécie de paradoxo: é nesses espaços revolucionários, não - feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero.

⁷ Dado retirado do artigo Ser mulher, mãe e pobre de Cláudia Fonseca. In: DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (Coord. De textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997

Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina. (PINTO, 2003, p.34).

Com a conquista de direitos políticos pelas mulheres em 1932, com algumas conquistas alcançadas pela classe trabalhadora pelo Estado de bem-estar social do governo Vargas e a repressão a partir do Estado Novo, há no Brasil um recuo da organização desses movimentos feministas. Esse recuo é verificado em outros países. Conforme Alves e Pitanguy (1981), Simone de Beauvoir ao publicar o livro “O Segundo Sexo” em 1949 é uma voz isolada. O movimento feminista só retornaria com fôlego a partir da década de 1960.

2.2 OS ANOS DE CHUMBO E A DÉCADA DA MULHER

Em 1975 é declarado pela ONU como o ano da mulher, e os próximos dez anos como a década da mulher. Era o reconhecimento de que os direitos das mulheres são direitos humanos, fruto do acúmulo de força da chamada Segunda Onda feminista, que surge em meios à efervescência política e cultural dos anos de 1960. Foram anos marcados por contestações políticas, econômicas, culturais e ideológicas.

O mundo agitava-se com os desdobramentos da Guerra Fria. Os horrores da Guerra do Vietnã resultaram em movimentos de contracultura como o movimento hippie; ascendeu a luta nos países latinos americanos, onde se formaram grupos inspirados nas táticas de guerrilha do país asiático, que se insurgiram contra as ditaduras arquitetadas e financiadas pelos EUA, como no caso do Brasil, que em 1964 sofreu um golpe civil - militar em resposta às Reformas de Base do presidente João Goulart. Os protestos dos estudantes em Maio de 1968, a intensa luta por direitos civis no EUA, que culminaram no assassinato de Martin Luther King em 1968 e a invenção da pílula anticoncepcional são algumas marcas do contexto de mudanças que se iniciava.

O feminismo se rearticula contestando os papéis sociais destinados às mulheres. Em 1963, Betty Friedman lança o livro “A Mística Feminina” e dá início à chamada Segunda Onda do Feminismo. Enquanto nos EUA e na Europa as feministas alcançaram direitos como, por exemplo, ao aborto, no Brasil, em 1968, com o Ato Institucional 5 (AI - 5), as mulheres que se colocavam como agentes políticos, se insurgindo contra a ditadura civil-militar, eram presas, torturadas e mortas junto aos seus companheiros de militância política.

Na luta contra a repressão, as mulheres, além de participarem na luta armada chegando a ser “18% nos quadros guerrilheiros, sendo elas 20% dos militantes no Araguaia” (RIDENTI, 1990 apud ROVAI, 2013, p.116), foram responsáveis por uma imensurável luta “invisível”.

Atuando na resistência ao regime, atendendo os feridos, acolhendo perseguidos políticos, escondendo e transportando armas e documentos além de servirem como intermediárias entre famílias e presídios buscando informações sobre desaparecidos políticos. A autora aponta práticas políticas desenvolvidas por essas militantes, como a de utilizar os tradicionais papéis associados às mulheres em favor de estratégias de resistência e luta contra a ditadura civil-militar.

Os testemunhos das entrevistadas durante minha pesquisa demonstraram que assumir o papel feminino imposto pela sociedade se tornou uma grande arma para burlar os limites e proibições, mesmo em “território inimigo” (delegacias e prisões). Suas narrativas revelaram táticas de esperteza e negociação constantes. Pequenos planos, como oferecer café aos soldados e tratamento amigável àqueles que vigiavam suas casas, conseguiram impedir, muitas vezes, que suas casas fossem invadidas ou garantiram que a vida de seus familiares fosse poupada. Muitas vezes, crianças de colo eram trazidas diante de militares e delegados (como o temido Luís Paranhos Fleury) para reforçar a ideia de mães zelosas, esposas frágeis, submissas e ignorantes, a fim de conseguir barganhar visitas, ter acesso a notícias ou pedir o relaxamento das penas.(ROVAI, 2013, p.123).

Com a escalada da repressão após o AI -5 e a desorganização de movimentos políticos tradicionais, como o de estudantes e de trabalhadores, e o desmantelamento das últimas formas de contestação à ditadura civil-militar a partir da década de 1970, coube às mulheres a iniciativa de ocupar esse espaço desarticulado na política.

Conforme Telles (1993), o Movimento do Custo de Vida, posteriormente denominado Movimento Contra a Carestia, é considerado o primeiro movimento popular e de massa após o AI – 5, e teve o pioneirismo e protagonismo das mulheres de periferia que exigiam congelamento de preços, aumento real do salário, reforma agrária e, inclusive, creches. Segundo a autora, essa última demanda foi deixada de lado à medida que outros setores, como sindicatos e lideranças de esquerda, se somaram ao movimento ao assumirem a sua direção. (TELES, 1993, p.79- 80).

Entretanto, conforme nos alerta Pinto:

Se não podemos tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros. (2003, p.43).

O Movimento pela Anistia também teve início através da organização das mulheres.

Em 1968, com a prisão dos estudantes em Ibiúna, formou-se uma comissão de mães pela libertação de seus filhos. Essa iniciativa foi o embrião da luta pela anistia. [...]

No ano Internacional da mulher, elas prepararam um abaixo-assinado, acompanhado do “Manifesto da Mulher Brasileira”, em favor da Anistia. Esse manifesto correu por todo o Brasil, de norte a sul, com adesões de estudantes, advogados e outros profissionais liberais, mães de família e trabalhadoras. Criou-se assim o Movimento Feminino pela anistia. (TELES, 1993. p.82).

O Movimento Feminino pela Anistia tinha a liderança de Therezinha Zerbini e, depois, passou a integrar o Comitê Brasileiro pela Anistia.

Figura 1: Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia



Fonte: Acervo Virtual do site memorialanistia.org.br/multimedia. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/armazemmemoria/sets/72157639625552444/>

Assim, dentro do contexto em que viviam os países na América Latina, as mulheres voltaram sua mobilização em torno de demandas mais gerais da sociedade, como a democracia e a anistia. E somente a partir de 1975, impulsionadas pelo Ano Internacional da Mulher, é que começam a surgir as primeiras organizações propriamente feministas no Brasil.

As exiladas políticas brasileiras, principalmente as que tiveram destino a cidade de Paris, e intelectuais que passaram pelos EUA acompanharam o desenvolvimento da efervescência política dos países envolvidos e puderam acessar os debates e publicações sobre o feminismo e a condição de opressão das mulheres, para além das causas econômicas. Os primeiros grupos feministas que surgem no período são grupos de reflexão. No exílio, esses coletivos de reflexão tinham também a intenção de atrair mais mulheres para seus encontros, mantinham uma rede de contato com outras organizações e alguns chegaram a publicar materiais, como o caso do grupo de Danda Prado que publicava o Boletim *Nosotras*. Já os grupos de reflexão existentes no solo brasileiro tinham caráter mais privado, visto que o contexto ainda era de muita repressão às atividades políticas e de muita desconfiança a respeito de debates feministas, tanto por parte da direita como por parte da esquerda.

Conforme Celi Pinto, a Frente de Brasileiros no Exílio chegou ao ponto de ameaçar retirar o apoio financeiro às famílias cujas mulheres participassem de tais grupos (PINTO, 2003. p 53).

Grande parte das pesquisas sobre a história das mulheres brasileiras nesse período são focadas em experiências nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Méndez (2004), ao pesquisar sobre o discurso do movimento feminista em Porto Alegre, identifica o surgimento de agremiações entre 1975 e 1982.

O caráter fragmentado das fontes documentais, reflete, em última instância, as discontinuidades inerentes ao movimento feminista porto-alegrense durante a década analisada. Até o momento, temos o levantamento de sete grupos feministas autônomos. Costela de Adão, Grupo de Mulheres de Porto Alegre, Movimento pela Libertação, Ação da Mulher, Liberta, SOS Mulher e Acorda Maria. Através das fontes pesquisadas, percebemos que estes grupos estavam em contato com outras organizações feministas atuantes em nível nacional. Entretanto, a bibliografia sobre o movimento feminista no Brasil praticamente desconhece a existência do movimento no Rio Grande do Sul limitando-se principalmente ao registro dos grupos existentes em São Paulo e Rio de Janeiro. (MÉNDEZ,2004, p.9).

Já a pesquisa de Rodrigues (2010), que investiga a memória de militantes feministas em Goiânia, identifica grupos feministas a partir de 1981 como o Grupo Feminista de Estudos, o Grupo Eva de Novo e o Centro de Valorização da Mulher e, em 1982, o grupo NUFEM (Núcleo Feminino da METAGO), o Centro Popular da Mulher (CPM), criado em 1985 e o Grupo Transas do Corpo, em 1987.

Realizar estudos ou até mesmo uma simples cronologia de todos os grupos feministas ou de mulheres que existiram em Caxias é uma importante tarefa que as pesquisadoras e pesquisadores deverão fazer. Função que excede os limites dessa pesquisa. Além disso, se a história do feminismo é assunto pouco tratado, seus discursos, concepções e heterogeneidades são ainda mais ignorados.

Assim, o recorte deste trabalho situa-se na concepção emancipacionista de feminismo. Essa concepção de feminismo deu origem a duas entidades: a União Caxiense de Mulheres (UMCA) e União Brasileira de Mulheres (UBM). A UMCA, fundada em 1982, chegou a ter duas mil filiadas na cidade. Nessa organização diversas mulheres, lideranças do movimento comunitário, sindical, estudantil e de partidos como PDT, PMDB, PT e PCdoB, iniciaram sua militância. Posteriormente, com a redemocratização e com o próprio amadurecimento do movimento feminista, surgem outros grupos feministas, como a Marcha Mundial de Mulheres, o Fórum de Mulheres, que agregava representantes de várias entidades feministas e de mulheres na cidade; e a própria União Brasileira de Mulheres (UBM), que é na verdade resultado da unificação das entidades emancipacionistas de todo o país, processo do qual a própria UMCA participa.

Portanto, essa pesquisa aborda a formação da UMCA e a posterior transição da entidade para UBM.⁸ A partir dessa concepção de feminismo, espero colaborar para a iniciar a construção da trajetória feminista em Caxias do Sul. Até a presente pesquisa, antes da fundação da UMCA em 1982, não encontrei registros da existência de grupos feministas na cidade. É na chamada “terceira onda” do feminismo que podemos situar o surgimento da UMCA e da UBM, período marcado pela luta das mulheres em torno da redemocratização do país.

2.3 DA REDEMOCRATIZAÇÃO NASCE A UMCA: “A NECESSIDADE DE NÓS MULHERES IRMOS PRA RUA”

A Raquel foi uma das fundadoras da UMCA e na época o país passava por uma situação bem delicada economicamente, politicamente. Não eram governos populares, a gente estava naquela questão, vindo de uma ditadura, reabertura da democracia, aí tinha necessidade de unificar as forças.⁹

A abertura política e a Anistia, decretada em 1979, abrem novas possibilidades para o movimento feminista. Se antes os primeiros grupos feministas se mantiveram no espaço privado para debater a questão das mulheres, com a abertura política as mulheres passam a ocupar o espaço público para reivindicar respostas a problemas antes considerados de cunho privado-íntimo.

Identifica-se o surgimento de novos grupos feministas pelo país. Esses grupos podem ser encaixados em algumas tendências. Como grupos temáticos, que além de produzirem conhecimento sobre as demandas e a condição de vida das mulheres, contavam com a atuação de profissionais que prestavam serviços como assessoria jurídica, assistência psicológica, social e médica para mulheres vítimas de violência ou sobre questões voltadas para a saúde da mulher. Celi Pinto identifica nesses grupos um “feminismo profissionalizado das Organizações Não-governamentais (ONGS)”. (PINTO, 2003, p.81). Desses grupos destaca-se a atuação da SOS São Paulo (1980), SOS Rio de Janeiro (1981) e SOS Porto Alegre (1981) voltados para a temática da violência. E o SOS Corpo de Recife (1980) voltado para a saúde da mulher. Ivani, uma das mulheres que representam o movimento em Caxias do Sul, assim se refere à criação da UMCA:

⁸ Por esse motivo nas entrevistas é comum que as narradoras ora utilizem o termo UMCA ora utilizem o termo UBM, pois para elas não há distinção entre uma e outra entidade.

⁹ QUEIROZ, Joceli. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 23 de outubro de 2019.

A UMCA ela foi criada nos anos de 1980, eu não lembro bem se foi 82, 83 foi mais ou menos nessa época. Eu acho que a gente sentou e a gente viu que as mulheres elas precisavam participar da política, participar do bairro, participar do teatro. E a gente viu que as mulheres estavam sendo agredidas nessa época, não era tão evidente, mas a gente sabia que isso acontecia. Porque a gente tinha, a gente conhecia alguns presidentes de bairros, e sabia que isso tava acontecendo. O que a gente pensou? Pra gente conseguir combater isso, a gente vai ter que se unir! Então foi aí que se criou a UMCA. A UMCA ela se criou com vários segmentos, eram várias mulheres, de vários locais, de várias tendências políticas, que criaram a UMCA. Eu acho que foi aí que a gente criou a UMCA vendo **a necessidade de nós mulheres irmos pra rua.**¹⁰ (Grifo da autora)

Se durante os anos de 1970 a luta, por questões amplas da sociedade, como a democracia, não deixavam espaço para as mulheres pautar questões específicas - já que tanto a direita como a esquerda censuravam esses debates - o processo de abertura política vem favorecer as reivindicações feministas. As falas de Lourdes e Jô demonstram o encontro das pautas específicas das mulheres com questões amplas da sociedade.

Na Redemocratização e na Constituinte, principalmente, houve um envolvimento grande das mulheres. A Constituição que saiu em 1988, que a gente chama de Constituição Cidadã, foi um avanço para sociedade da época. Foram várias as conquistas, e aí se percebeu que as mulheres estavam na luta, mas também o que se viu? Que as mulheres além de ter a luta geral: emprego, da saúde, da educação, têm as suas lutas específicas: a questão de lutar contra a dupla jornada de trabalho, da desigualdade salarial, a luta por creche. Eu lembro que na época a gente chamava de equipamentos públicos que a gente queria buscar, não apenas as creches. A creche tu precisa porque a mulher, ela tem que sair pro mercado de trabalho com a industrialização, mas não tem condições. O Estado não dá condições pra essa mulher, a gente lutava por equipamentos, não só a creche, como lavanderias públicas, como restaurantes populares, restaurantes públicos para tirar a questão da dupla jornada. Ela (mulher) vai pro mercado de trabalho mas daí ela tem que fazer a comida, fazer o café, o almoço, a janta, lavar a roupa... Então a gente lutava pra essas questões também.¹¹

Quando a UMCA vem a surgir o país passava por uma situação econômica muito difícil. Então as bandeiras principais eram isso, claro as velhas bandeiras de creches, salário igualitários, aquela questão toda, mas justamente a gente defendia muito a questão da soberania. E já na época se tinha muito de incentivar as mulheres a participar da política. E como o país vinha com inflações altas, tinha movimentos assim específicos de mulheres, inclusive nos mercados fiscalizando porque era uma coisa assim absurda.¹²

A UMCA surge em meio ao processo de redemocratização do país, que é marcado por uma intensa mobilização das mulheres. Como apontado pelas narradoras, o país saía da ditadura civil-militar e estava mergulhado em uma crise econômica marcada pela hiperinflação. A partir dos relatos podemos perceber que a entidade tinha a preocupação em conciliar questões específicas da mulher com questões amplas da sociedade. Entre as

¹⁰ LIMA, Ivani. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 30 de setembro de 2020.

¹¹ ZABOT, Lourdes. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 30 de setembro de 2019.

¹² QUEIROZ, Joceli. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 23 de outubro de 2019.

principais reivindicações figuram a necessidade de creche, o combate à violência contra a mulher - concretizado na busca por casas de acolhimento e delegacias de atendimento especializado para as vítimas-, a participação política, igualdade no mercado de trabalho e a igualdade de gênero. Entre as pautas de alcance amplo constavam a luta por soberania nacional, a emancipação da sociedade, fim da carestia, entre outras.

A partir dos anos de 1970, há um significativo aumento da participação feminina no mercado de trabalho e não à toa a creche se torna uma pauta prioritária para o movimento de mulheres. Afinal, a inserção da mulher no mercado de trabalho não alterou os tradicionais papéis atribuídos às mulheres: mãe, esposa e dona de casa. Pelo contrário, as mulheres ficaram sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho. O movimento de mulheres passou a defender que o cuidado com as crianças não é dever exclusivo das mães, mas de toda a sociedade, inclusive do Estado. Conforme Teles (1993, p.104-105), em 1979 ocorre o I Congresso da Mulher Paulista que dá origem ao Movimento de Luta por Creche, que se espalha para outras cidades e estados. Joceli conta sobre as questões que pautavam o grupo em Caxias:

A questão das creches era uma coisa muito evidente porque na época não tinha essa situação de escolinhas, de creches, não tinha... Se hoje a gente já tem dificuldade para uma questão de uma creche pública, na época não tinha... praticamente era inexistente. Então essas eram as situações, questões da saúde da mulher, questão das DSTs, inclusive até questões do amor às vezes eram discutidas. Só como a questão do aborto é muito polêmica, então as vezes eram discutidas em uns grupos menores até.¹³

Embora o polêmico tema aborto fosse uma pauta das feministas, é importante lembrar a proximidade de setores da Igreja Católica com movimentos sociais como o MST e do próprio movimento de mulheres. Em Caxias do Sul, houve grande contribuição da Pastoral da Mulher e do Padre Roque Grazziotin, liderança política da cidade, na defesa de reivindicações como o fim da violência contra a mulher. Entre as narradoras, Joce e Mari são oriundas da Juventude Operária Católica. Essa aproximação da Igreja com o movimento feminista pode ter influenciado na forma como o tema era enfrentado, a exemplo dos debates para grupos menores mencionados por Jô. Ainda sobre a questão da saúde, destaca-se a implantação do Plano Integral da Saúde da Mulher:

A gente lutou muito na cidade, não sei se vocês chegaram a escutar falar do PAISM, que é Plano Integral da Saúde da Mulher – PAISM. Nós, com a doutora, acho que é Dilma Tessari, a gente lutou muito na cidade pra ter o PAISM. Nós tínhamos isso que a mulher precisava ter o acompanhamento na saúde em toda a plenitude, desde a adolescência até a velhice, que isso tem que ser acompanhado, teria que ser gratuito.

¹³ QUEIROZ, Joceli. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 23 de outubro de 2019.

A gente lutou muito por isso, a Casa Viva Raquel, a delegacia da mulher, a própria implantação do SUS, que foi lá no final da época de 80, nós enquanto mulheres, enquanto entidade, também participamos muito das reuniões a nível de estado para que tivesse implementação do SUS no país, gratuito, que hoje está como está né, mas a gente fez parte dessa luta.¹⁴

O PAISM, lembrado por Mari, é ressaltado por Celi Pinto como importante luta do movimento feminista:

O PAISM foi sem dúvida uma das mais bem-sucedidas intervenções de um movimento social organizado na esfera das políticas públicas. O programa abrangia todas as fases da vida da mulher, da adolescência à velhice, tomando em consideração aspectos não apenas biológicos, mas também sociais, das condições em que a maioria das mulheres viviam. No período inicial, de implantação, foi uma experiência que mostrou as possibilidades de fiscalização e de controle de um movimento sobre as políticas que lhe dizem respeito. Em 1986 aconteceu a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher em Brasília que reuniu mulheres vindas de todo o Brasil, que antes haviam se reunido em pré-conferências locais. A longo prazo, porém, o PAISM teve muito pouco êxito em sua implantação, deixando, na década de 1990, de ser uma política abrangente e se restringindo a experiências pontuais, em que pese continuar até hoje uma referência no que diz respeito à saúde da mulher. (PINTO, 2003, p. 84-85).

A violência, por sua vez, era tratada como assunto de marido e mulher, e as vítimas tinham suas condutas e moral questionadas. Em 1976, Ângela Diniz é assassinada pelo namorado Doca Street que não aceitava o fim do relacionamento. Quando foi a julgamento, a defesa usou o argumento de defesa da honra e Doca Street foi absolvido. A pressão do movimento feminista levou a um novo julgamento e a condenação de Doca. Esse episódio é ilustrativo sobre como a violência contra a mulher era negligenciada pelo conjunto da sociedade.

Na época e acho que a bandeira que a gente traz até hoje é igualdade de gênero, igualdade e a emancipação, a participação na política. A gente vem desde os anos 80 querendo participação. Hoje nós queremos a igualdade, nós não queremos somente as cotas (de candidatos) nós queremos um lugar no Parlamento também, não adianta ter cotas e a gente não ser eleita, nós queremos a igualdade de homens e mulheres mesmo na política. E também uma bandeira nossa era a Delegacia da Mulher, essa era uma bandeira principal da gente, e a gente fez muita passeata, a gente bateu panela.

Celular não existia, existia telefone residencial e era pouca gente que tinha e mesmo assim a gente se reunia 50, 60 mulheres até mais na praça e uma ia passando pra outra e passando pra outra e a gente se reunia e batia panela. E a Delegacia da Mulher eu me lembro que desde dessa época a gente batia panela porque a gente queria a Delegacia e muita gente dizia “a gente nunca vai conseguir”, lá nos anos 80. Mas a gente conseguiu e **a gente conseguiu por causa da união das mulheres**. Eram jovens, eram senhoras de idade, era meia idade, era sempre junto. A UMCA não tinha na época dinheiro nenhum de onde tirar, e a gente fazia eventos para arrecadar dinheiro, pra fazer isso, fazer aquilo.¹⁵ (Grifos da autora)

¹⁴ NERY, Mari dos Santos. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2020

¹⁵ Lima, Ivani. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 30 de setembro de 2020.

Mari revela a participação da Umca na conquista da Casa Viva Raquel, destinada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência:

Mas assim eu lembro também que nós participamos pra vir à delegacia. Nós participamos, há 20 anos atrás pra criar a Casa Viva Raquel, eu e a companheira Abgail Pereira, a gente fez parte da comissão que foi atrás de abrir a casa, pra alugar, fizemos tudo isso. Agora eu não lembro mas no final da década de 80, acho que 88 ainda, tinha fechado em Caxias o Conselho da Mulher. Ai a gente fez uma luta grande, e ele passou a existir, e deixou de existir de novo e voltou a ter de novo acho que na década de 90.[..].¹⁶

Foram fruto da luta dessas mulheres: a Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAM), instituída em 1988; o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), criado em 1988 e reativado em 1997; a casa de acolhimento Viva Raquel e Coordenadoria da Mulher, ambas em 1999. A presença da UMCA nos conselhos da mulher pode ser entendida como uma estratégia de luta do grupo.

Celi Pinto afirma que após a Reforma Partidária, de 1979, há uma divisão no movimento feminista entre aquelas militantes que se aproximaram do MDB e aquelas que se aproximaram do PT. Essa divisão se dá também com aquelas que rejeitam qualquer aproximação com essas instituições tradicionais, como os partidos políticos, pois consideram que estes reproduzem machismo e interferem na autonomia dos movimentos. Esse aspecto é ressaltado na matéria do jornal *Pioneiro* sobre a fundação da UMCA.

O jornal inicia destacando uma polêmica no ato de fundação da UMCA, no dia 7 de março de 1982. A publicação é do dia 09 de março de 1982, na seção “Cidade”, e inicia com título o “Movimento feminista de Caxias está dividido”. Segundo o jornal, devido ao falecimento do presidente da União das Associações de Bairro, José Carlos Anflor, parte das presentes exigiu o adiamento da reunião, o que não foi acatado pela mesa diretora, levando à uma diminuição em quase 50 % do plenário: “das 450 mulheres presentes, restaram apenas 250”.

No domingo à tarde, durante a comemoração do Dia Internacional da Mulher, realizada na sede dos Sindicatos Reunidos, foi fundada a Umca - União de Mulheres de Caxias do Sul. A nova entidade, embora tenha surgido com pequena representatividade, se propõe a "unificar e organizar as mulheres caxienses na conquista de sua plena igualdade social.

[...]

Embora nem todas as participantes concordassem com a fundação da Umca na tarde de ontem, por um plenário que esvaziava progressivamente ao longo da tarde, a entidade teve seus estatutos, regimento interno e programa aprovados.

Foi eleita, inclusive, a diretoria que irá decidir a respeito de seus rumos. Rachel Grazziotin ficou na presidência, tendo Maria Pozenatto como vice. Leda Meneguzzo foi eleita secretária-geral; Maria da Glória Moreira, segunda secretária; Mara de

¹⁶ NERY, Mari dos Santos. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2020.

Oliveira, primeira tesoureira, Marianinha de Machado, segunda tesoureira; e Lígia Magalhães, assessora de imprensa.¹⁷

O jornal destaca o esvaziamento da reunião, as discussões, a tensão entre feminismo e partidos políticos. A seguir, a estudiosa e escritora sobre “feminismo e problemáticas da mulher”, Liliana Henrichs, que como informa o próprio *Jornal Pioneiro* escreveu por dois anos sobre o tema “no jornal de Caxias”, critica a criação da UMCA como prematura, destaca a disputa entre mulheres de partidos distintos dentro da entidade e denuncia o machismo dentro dos partidos políticos:

Outra questão que Liliana levanta é que sendo 82 um ano eleitoral e grande parte dos grupos feministas de Caxias do Sul está vinculada a partidos políticos cada qual quer brigar pela hegemonia de seu partido dentro da entidade como um todo.

[...]

Segundo ela, mesmo os homens dentro dos partidos acabam usando as mulheres como uma tática demagógica de arrebanhar mais votos, sem, no entanto, conceder a essas mulheres direitos plenos e participação efetiva dentro dos rumos desses mesmos partidos.¹⁸

O jornal conclui a matéria com a fala de três mulheres que não foram ao evento e por meio dela procura demonstrar uma suposta indiferença das mulheres caxienses:

A repercussão da criação da Umca foi grande entre os grupos feministas que participaram da reunião nos Sindicatos Reunidos, mas para estudantes, operários, donas-de-casa e demais mulheres ela pouco representou. Isso, entretanto, não significa que as mulheres não queiram participar de movimentos que reivindiquem os seus direitos. Muito pelo contrário. Algumas delas souberam da realização das comemorações vagamente, mas não encontraram motivação para participar do evento.¹⁹

Essa relação da UMCA/UBM com os partidos políticos é aspecto relevante nas narrativas as quais por diversas vezes salientam que as entidades eram compostas por mulheres de diversos partidos políticos e de mulheres sem filiação partidária - embora haja uma predominância de mulheres do PCdoB. Lourdes se manifesta sobre a questão:

A UBM ela não é ela não tem um partido, digamos a UBM aceita pessoas, temos inclusive hoje em Caxias tem várias pessoas que não são do partido, que não tem partido nenhum, tem pessoas que são de outros partidos que fazem parte da UBM.²⁰

Baseada na revisão bibliográfica realizada para essa pesquisa, sabe-se que essa tensão entre militantes de diversas vertentes políticas partidárias no interior de grupos feministas

¹⁷ *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, 9 de março de 1982, p.2.

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

²⁰ ZABOT, Lourdes. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 30 de setembro de 2019.

levou à fragmentação de muitos deles. Assim, procurei saber sobre as disputas ou conflitos internos nessas organizações, já que possuem esse perfil diverso entre as militantes. A narradora que se sentiu confortável em falar sobre esse aspecto foi a Ivani. O fato dela não militar mais nessas entidades talvez tenha a deixado mais confortável para abordar um assunto delicado como esse:

Tinha. A divergência política ela sempre existe. As vezes ela existe dentro das pessoas que têm o mesmo segmento. E a UMCA pra te ver que a UMCA ela era tão importante, e tão forte que ela teve duas eleições que houve muita, muita disputa. Teve uma que nós fizemos no sindicato dos metalúrgicos que a gente lotou aquele auditório lá, eram duas chapas. a gente lotou tanto assim na época saía em jornais, tudo, porque as pessoas tinham segurança, as pessoas de linha de frente tinham segurança, porque a disputa era muito ferrenha, muito ferrenha, porque ali a UMCA, ela é um órgão que ela estava na evidência, todo mundo queria. Então houve essas duas eleições muito disputadas da União de Mulheres porque ela agregava e tinha trabalho, muito trabalho. Pra você ter uma ideia, uma vez nós tínhamos até grupo de teatro. As mulheres da UMCA na época faziam esse teatro, então ela foi na época, ali dos anos 80, muita disputada. E as discussões sempre existiram mas no final sempre tinha o consenso que eu acho que era saudável tu ter a discussão sim.²¹

Ivani destaca que a disputa em torno da UMCA, que estava em evidência, era tão grande que cita essa eleição em que foi preciso recorrer a seguranças pessoais. A tensão entre UMCA e partidos políticos consta em outras publicações do *Pioneiro*. Como a da edição de 4 de março de 1983, em que o vereador José Carlos Bassanesi, do PMDB, e Raquel Grazziotin, vereadora pelo PDT, trocam farpas após o pronunciamento de José acerca de um evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher. O evento foi promovido por departamentos femininos de entidades não citadas pelo jornal, mas teria ignorado a UMCA enquanto entidade de mulheres. Cada lado teria tachado o outro como divisionista. Outro episódio em que essas disputas são levantadas é na edição de 28 de agosto de 1982, em que anuncia a promoção de um debate da UMCA com as candidatas às eleições para vereança. O jornal destaca a discussão que gerou esse debate pelo fato de terem sido convidadas apenas candidatas da oposição PT, PDT e PMDB. E que esse último partido teria proibido a participação de suas candidatas. Publicações demarcando essa disputa interna na UMCA entre mulheres de diferentes partidos se estendem por diversas edições do periódico.²²

Mari confirma a expressividade da UMCA ao afirmar que ela contava com cerca de duas mil filiadas, número bem relevante de participantes:

A União de Mulheres nessa época nós tínhamos, não é exagero, cerca de duas mil filiadas na cidade. Nós saíamos todo o final de semana para os bairros, de casa em

²¹ Lima, Ivani. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 30 de setembro de 2020.

²² *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, 28 de agosto de 1982, p.19.

Jornal Pioneiro, Caxias do Sul, 4 de março de 1983, p.9.

casa, falar da União de Mulheres e falar com as mulheres, cadastrar, filiar as mulheres. A gente tinha a opinião que a União de Mulheres, a UMCA, ela tinha que ser uma entidade de toda a massa, de todas as mulheres e a gente foi trabalhando, trabalhando, desde lá a gente organizou os 8 de março; Dá pra dizer que desde da década de 1980, a União de Mulheres sempre esteve presente na luta em Caxias.²³

Assim, se a abertura política de 1979 e, posteriormente, as eleições de 1982 resultam em rachas entre muitos grupos feministas como colocado por Celi Pinto, as feministas caxienses parecem entender que a necessidade de unir forças está acima das diferenças internas, pois é justamente nesse ano que a entidade é fundada. Se os anos de 1980 são chamados de “década perdida” para a economia devido à hiperinflação e os fracassados planos de estabilização econômica, para os movimentos sociais ela foi uma década de muita mobilização. O processo de construção da Constituição fortalece ainda mais as iniciativas dos grupos feministas. Os movimentos sociais organizaram emendas populares que precisavam ter no mínimo 30 mil assinaturas para serem apreciadas:

Durante a Assembleia Nacional Constituinte houve uma expressiva mobilização da sociedade civil por meio de suas entidades para enviar emendas populares, que, segundo regimento da Constituinte, deveriam conter no mínimo 30 mil assinaturas. Quatro dessas emendas trataram dos direitos das mulheres, três delas promovidas por associações de mulheres e grupos feministas, somando 243.068 assinaturas. (PINTO, 2003, p.76).

Ainda em 1986, a UMCA já promovia debates acerca da Mulher e a Constituinte, bem como fomentava debates com os candidatos à Constituinte.

2.4 “PRESENÇA DA MULHER”: AS ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS POLÍTICAS

Entre as estratégias e práticas políticas, as quais a UMCA/UBM recorriam, estavam as manifestações na rua, abaixo-assinados, organização do 8 de março, visitas a prefeitos e vereadores, como comenta Lourdes:

A gente enchia a Júlio de Castilhos com muitas passeatas, muitas passeatas a gente fazia principalmente, na época pra conquistar a delegacia, pra conquistar a casa Viva Raquel. Cada 8 de março tinha uma pauta que tu põe como principal, então a gente fazia muitas caminhadas na praça. A gente ocupava a praça, levava o megafone pegava uma caixa de som muitos, muitos, a gente fez muito movimento assim. E era legal que as pessoas iam, participavam, era uma época boa. As pessoas sentiam necessidade e sentiam que precisavam ir à luta pra conquistar alguma coisa, que só com a luta tu conquistava. Hoje eu vejo que é muito difícil, é difícil de organizar até assim as mulheres da UBM. Tem muita dificuldade. Claro que sempre teve dificuldade de reunir de fazer reuniões. Que as mulheres têm que cuidar dos filhos, tem o trabalho, tem uma série de questões. Mas quando a gente fazia esses movimentos de rua ali era legal porque eu lembro, assim, de passeatas grandes com

²³ NERY, Mari dos Santos. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2020.

faixas. Uma vez a gente todas de branco, nossa foi lindo, foi lindo! Levava um carro de som, descia a Júlio, subia, se fazia abaixo-assinado também, fazia visitas pro prefeito, fazia visitas pra Câmara de vereadores.²⁴

Como mencionado anteriormente por Mari, outra prática dessas organizações é a de manter núcleos de mulheres em diferentes frentes: nas universidades, nos movimentos comunitários, sindicais, etc. Desses núcleos aparecem em destaque o movimento sindical:

A gente atuou muito no movimento sindical por quê? Porque nós precisamos assim ó como que uma mulher se sente empoderada? O momento que ela tiver emprego não é? Com renda boa, que ela possa sustentar, que ela possa ir e vir. Então tu tem que atuar em todas essas áreas. E uma coisa que é fundamental que a UBM sempre diz: nós não vamos emancipar a humanidade se nós não emancipar as mulheres.²⁵

A disputa de ideias era uma das estratégias dessas feministas, que organizavam grupos de teatro, promoviam debates, enviavam notas ao jornal para opinar sobre vários temas, participavam de congressos, encontros e outras atividades de formação. Mas o grande êxito dessa estratégia foi o programa de rádio da UMCA:

Ah! Eu tenho que falar uma coisa importantíssima que a União de Mulheres, a UMCA, fez em Caxias: nós fizemos um programa na rádio São Francisco que ficou dois anos no ar. O programa “Presença da Mulher”, na rádio São Francisco. Primeiro ano acho que foi 90, 91. Primeiro ano ele foi das onze ao meio dia e o segundo ano foi da uma da tarde às duas da tarde.²⁶

Nós tivemos um programa de rádio um ano na rádio São Francisco, “Presença da Mulher”, isso foi um marco. Acho que era anos 90 por aí. É porque eu lembro que uma vez eu cheguei em casa meu filho tinha seis meses, cheguei às dez da noite de uma reunião, deu um quebra pau lá com meu marido, um mala, louco, histérico porque teve que pegar o filho na creche e eu cheguei às dez da noite de ônibus, correndo, e na época algumas vezes a gente se reunia na minha casa porque a gente fazia a produção, tinha que fazer a apresentação, buscar patrocínio, (ri) buscava prêmios dos patrocinadores, tinha tanta audiência que a gente conseguiu ficar um ano e pouco, daí o pessoal do CDL foi tanta tanta pressão que a São Francisco disse: gurias, eu não tenho mais como, eu vou perder o patrocínio de outros programas.
[...]

Os empresários não quiseram mais patrocinar. A gente estava numa briga com o sindicato dos comerciários pela não abertura no sábado a tarde, então começou uma briga pública, política muito grande e a gente não conseguiu nos manter.²⁷

Além da disputa de ideias através das notas para a imprensa, dos debates nos bairros e sindicatos e o programa de rádio, a UMCA promovia uma premiação para “Mulheres Destaques” da sociedade caxiense, uma forma de valorizar e dar visibilidade para as mulheres da cidade.

²⁴ ZABOT, Lourdes. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 30 de setembro de 2019.

²⁵ NERY, Mari dos Santos. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2020.

²⁶ Idem.

²⁷ Carvalho. Solange Silva. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 18 de agosto de 2020.

Nos debates promovidos pela UMCA, entre as convidadas constavam militantes de Uniões de Mulheres de outras cidades e estados. Esse contato com grupos de outras cidades contribuiu para as estratégias utilizadas pela UMCA. Sobre isso, Mari conta que:

E as Uniões de Mulheres elas surgiram ali pelos meados de 1980, não só em Caxias, porque lá em 1980 e poucos já tinha a União de Mulheres de Goiás, a União de Mulheres de São Paulo, a gente foi trabalhando essa ideia a nível de país. Em 1988 foi fundada a União Brasileira de Mulheres que a gente passou a trabalhar mais o conjunto de Brasil, porque o que a gente precisava? A gente precisava botar as mulheres lutar e a gente participou aqui de Caxias em vários congressos nacionais da UBM. Nós continuamos UMCA. Até 2000 era UMCA. Agora é que a gente passou a adotar mais o nome UBM Caxias, União de Mulheres de Caxias. A gente pensou assim, mas não basta só filiar as mulheres, porque a nossa ideia da UBM tem que estar incutida em todos os setores, em todos os lugares, na associação de bairro, no sindicato, nos estudantes, na universidade tem que ter mulher que tem o pensamento emancipacionista. A gente passou a fazer núcleos, tem o núcleo da UBM no movimento sindical, tem o núcleo da UBM entre as estudantes, tem o núcleo de da UBM com as mulheres donas de casa, com as UAB's, a gente passou a fazer isso.²⁸

Dessa maneira, várias Uniões de Mulheres espalhadas pelo país e que se identificavam com essa concepção de feminismo unificaram-se com o nome União Brasileira de Mulheres. Mari revela que a UMCA era muito reconhecida na cidade e por isso demorou a trocar definitivamente o nome da entidade para UBM Caxias do Sul. A fotografia abaixo indica essa transição ao constar na faixa o nome UMCA/UBM, ao lado do logo que a entidade utilizava na época:

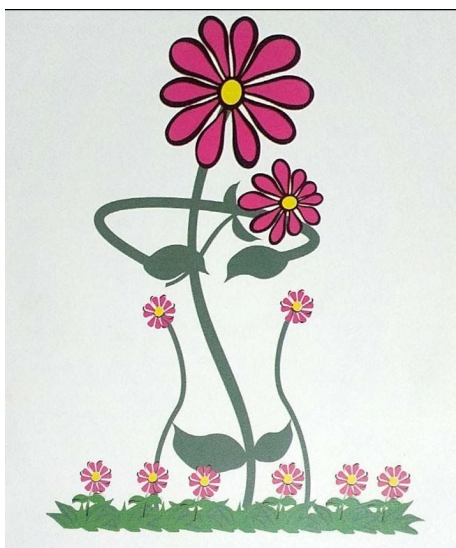
Figura 2: Dominação de classe e opressão machista



Fonte: Acervo UBM Caxias do Sul, 8 de março de 2001

Figura 3: logo da UMCA

²⁸ NERY, Mari dos Santos. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2020.



Acervo: UBM Caxias do Sul

O mesmo conjunto de fotografias revelou uma estratégia muito interessante utilizada pelo movimento de mulheres na cidade, incluindo a UMCA/UBM. Em anos de Festa da Uva, que geralmente ocorre entre fevereiro e março, coincidindo com o Dia Internacional da Mulher, os movimentos de mulheres aproveitavam para fazer um “desfile” político no encerramento do desfile oficial promovido pela festa. Dessa forma conseguiam dar visibilidade para suas organizações e reivindicações:

Figura 4: Dia Internacional da Mulher



Acervo: UBM Caxias do sul, 8 de março de 1998. A frente com braço imobilizado Abigail Pereira, ex-presidenta da UMCA.

Celi Pinto (2003) aponta outro ponto de tensão entre as diferentes vertentes de feminismo. Dessa vez, a dissidência era acerca da aproximação do movimento com o Estado através de conselhos ou de ministérios. Pois para algumas militantes isso significaria colocar em xeque a autonomia do movimento. O Conselho Nacional da Mulher, criado em 1985, teve

destacado papel na construção da Constituição de 1988. Entre outras ações, promoveu uma campanha nacional sobre os direitos da mulher, elaborou emendas, pressionou deputados constituintes e assessorou a bancada feminina da Constituinte. Entretanto, algumas limitações nos conselhos são apontadas, ou seja, a forma que se faz o recrutamento das conselheiras, muitas delas ligadas ao governo eleito e, portanto, comprometidas com propostas e projetos desse. Ou como no caso do governo de Fernando Collor, no qual os conselhos ficaram sem verbas e com a participação de conselheiras sem uma tradição no movimento de mulheres.

Para a UMCA e, posteriormente, à UBM, os conselhos são importantes ferramentas da luta feminista. Lourdes relata que:

Pra ter a conquista das delegacias da mulher foi uma luta da UBM, estava a frente a UMCA ainda na época. Os conselhos municipais, hoje o COMDIM. O primeiro conselho foi ali na época do Pepe, era o Pepe que era prefeito, então foi criado o conselho.²⁹ E a UBM tanto ela participou, tanto estava engajada nisso o que a UBM ela é membro permanente do conselho. Os conselhos são formados aqui em Caxias por exemplo, assim, seis são do governo, seis do permanente e 6 são votadas do movimento social. E a UBM ela é membro permanente, só indica uma pessoa para participar, a titular e a suplente do movimento de mulheres.³⁰

A UMCA foi uma entidade que conseguiu aglutinar mulheres de diversos pensamentos políticos. A instituição, inclusive, chegou a ter duas mil filiadas, um número muito expressivo que deve ser visto à luz de um contexto de grande efervescência política que foram os anos da redemocratização. À medida que a luta das mulheres foi conquistando direitos associada com o amadurecimento do movimento feminista na cidade verifica-se uma tendência em diminuir o número das filiadas, pois foram se constituindo outros grupos feministas autônomos, ligados a partidos políticos ou departamentos de mulheres do movimento sindical, comunitários e, entre outros, um verdadeiro processo de pluralização do movimento feminista de Caxias do Sul. Ivani, por exemplo, que foi uma importante liderança da UMCA/UBM, chegando a ser vice-presidenta estadual, deixou de fazer parte da UBM para se organizar em um grupo de feministas ligado ao PDT, partido do qual ela faz parte.

²⁹ Na verdade o COMDIM foi instituído em 1988 sendo posteriormente desativado e reativado em 1997 na gestão de Pepe Vargas.

³⁰ ZABOT, Lourdes. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 30 de setembro de 2019.

3 O QUE É SER FEMINISTA?

Por que as mulheres, apesar dos reconhecidos avanços sociais garantidos por lei, ainda convivem com o medo da violência? Por que culturalmente ainda persistem os preconceitos e as hierarquizações entre os sexos, que fazem com que a mulher seja vista como inferior? Por que nós mulheres, muitas vezes ou por muito tempo, aceitamos essa inferioridade imposta? Por que muitas mulheres vítimas de violência - a marca mais brutal do machismo - se culpam pela agressão sofrida? Para responder a essas questões, precisamos compreender como o gênero tem atuado no desenvolvimento das identidades atribuídas às mulheres e apontar para possibilidade que elas têm de reivindicar uma identidade positiva, que as livre de preconceitos, de amarras, de violências e culpas e que as mobilize pela superação dessa condição inferiorizada.

Esse capítulo aborda: as identidades impostas às mulheres e como essas imposições se chocam com essa constituição enquanto agente político ou com o constituir-se feminista dessas mulheres; com quais dificuldades e limites essas militantes se depararam; como a sociedade reagia reproduzindo e construindo representações sobre esse despertar feminista na cidade; e, finalmente, como essas militantes reconstróem uma identidade positiva para si e para o grupo.

3.1 EREMI MELO: “AQUELA LUTA ERA UMA LUTA NOSSA, DE HOMENS E MULHERES!”

Então, eu sou a Eremi Melo, eu moro em Caxias desde novembro de 79, eu vim de Vacaria pra cá, eu tinha 14 anos quando cheguei aqui. Moro lá no bairro Nossa Senhora do Rosário, que fica próximo do Instituto Federal. Eu sou metalúrgica há mais de 30 anos. Quando eu cheguei aqui, fui trabalhar em uma empresa que fabricava cortina e eu tinha 14 anos e não podiam assinar minha carteira e foi uma coisa que me marcou bastante. Eu só fui assinar minha carteira depois dos 16 anos, então eu trabalhei esse período sem carteira assinada. Então eu não tinha direitos nesse período.

[...]

Como que eu fui parar no movimento em 1989? Teve uma greve dos metalúrgicos onde eu participei dessa greve. E então eu fui convidada depois para participar da direção do sindicato, desde então que eu sou da direção do sindicato e também através do sindicato que eu conheci e passei a participar do movimento de mulheres onde eu milito até hoje.³¹

[...]

Eremi tem uma história semelhante a de muitas pessoas que moram em Caxias do Sul. Uma migrante, que saiu em busca de trabalho na cidade grande. Entrou no mercado de trabalho ainda muito jovem, aos 14 anos e, portanto, sem direitos. Em suas memórias, vai aos

³¹ MELO. Eremi. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 18 de agosto de 2020.

poucos construindo a narrativa sobre o seu despertar político e lembra do seu envolvimento com o movimento comunitário em defesa de condições mínimas de moradia, como o saneamento básico.

É, na realidade eu acredito, bem da verdade a minha militância começou ainda no bairro. Quando a gente veio morar em Caxias que eu fui morar no bairro Fátima, a minha rua não tinha esgoto nem água encanada. Então o esgoto da nossa rua a gente teve que fazer uma luta, fazer abaixo-assinado e coisa e tal, pra conseguir. Foi participando desses movimentos que eu cheguei até o movimento sindical e o de mulheres³².

A falta de condições básicas de moradia é uma condição recorrente na Zona Norte da cidade, que cresceu desordenadamente com a industrialização. Esses são fatos que marcaram seu despertar para os movimentos sociais. O racismo, principalmente no mercado de trabalho, e o assédio sexual no transporte coletivo foram fatores que contribuíram para esse despertar político:

Quando eu comecei a trabalhar aqui na Maesa, na Mundial e na Pettenati, o seguinte, tinha tipos de trabalho, por exemplo, que não eram tão sujos, era trabalho limpo. Então apareceu uma vaga para embalagem lá na Pettenati, bem específico de lá e a gente se inscrevia que era uma seleção interna. Eu me inscrevi e na época eu não fui selecionada porque eu era negra. E lá na Pettenati, no meu setor, nós éramos em três mulheres negras que trabalhavam, e trabalhavam na revisão das peças e na embalagem. Porque as outras negras que trabalhavam lá, trabalhavam no vapor, que era um serviço horrível, na limpeza dos banheiros. Não tinha costureira negra, só auxiliar que juntava as peças que elas costuravam e isso me marcou bastante. E na Mundial foi um processo desse. Foi o chefe no caso, bem específico da chefia na época, que ele não me colocou a fazer um trabalho que ele “ah eu acho que não vai dar certo”. Tu fica vendo que aquelas coisas é em função de tu ter um cabelo crespo, tu sente isso, tu sente essa.. Quando tinha o ônibus também, eu lembro que nós estávamos sofrendo assédio sexual no ônibus, então isso não é de agora. Tinha uma colega, nós pegava o mesmo ônibus às 18:30 da tarde e ela trabalhava numa empresa que eles faziam calça jeans. Ai tinha um cara que com o ônibus sempre cheio, ele pegava nós pra Cristo, então ele sabia a parada que a gente pegava e ele se posicionava atrás de nós e ele tinha uma mania de ficar se esfregando em nós. Um dia eu disse pra ela “sabe o que nós vamos fazer? Nós vamos pegar uns alfinetes...” Daí era inverno e nós colocamos assim dentro da manga o alfinete quando ele veio, nós ficava do lado, ele se esfregava nela e se esfregava em mim, nós pegamos com a manga aqueles alfinete aqui e ela no mesmo momento e nunca mais...foi assim que nós resolvemos o problema. Mas esse tipo de assédio também. Agora se a gente fosse falar na época era porque “a gente se oferecia”, “porque tava com uma calça não sei o que”, daí essas coisas quando a gente ia pra reunião, quando a gente tá começando no movimento, acha estranho, ouve algumas coisas. Daí a gente começa: “mas isso já aconteceu comigo”. Então quando a gente começa a perceber isso, “opa”, então a gente começa a fazer a luta.³³

Eremi tem a trajetória marcada pela luta sindical. Ao se identificar com o relato de outras colegas do movimento sindical, a respeito do assédio sexual, ela começou a perceber

³² Idem.

³³ Idem.

que isso não era um fato que acontecia de forma isolada, apenas com ela ou com algumas mulheres, mas de que se tratava de algo frequente com as mulheres de modo geral.

Fica evidente, com isso, que o racismo, as condições e o acesso ao mercado de trabalho, a falta de condição digna de moradia e o assédio sexual foram episódios que a mobilizaram para a luta coletiva.

Em sua trajetória como militante, Eremi esbarrou em alguns percalços, como ser associada à uma imagem intimidadora para algumas pessoas, a dificuldade de manter relacionamentos afetivos, os risos e gracinhas ao falar em público. Um conjunto de questões que desestimulam muitas mulheres a participar desses movimentos:

Quando as pessoas assim te veem, quando tu vai pra militância que tu toma atitude, algumas pessoas parecem que sentem medo da tua presença, sabe. Parece que tu é uma pessoa que impõe medo para algumas pessoas, pra outras tu é uma pessoa que vai pra frente, vai pra cima. E lógico que isso na vida, às vezes na vida a dois, principalmente, isso pode causar um certo problema. Então tu tem que muito saber assim que, não é saber, nem todo mundo sabe, mas tu descobre o que tu quer. Porque geralmente nas relações, e mesmo nos espaços quando às vezes tu vai falar em público, agora nem tanto, mas no passado quando uma mulher ia falar em público, quando ela pegava o microfone pra falar era aquele sorrisinho, aquelas gracinhas, aquelas coisas. Hoje em dia se acontece isso, a gente já se impõe. Mas no passado não era assim, era muito mais difícil. Pra ti associar uma mulher ao sindicato era muito mais difícil, pra elas virem em uma assembleia era muito mais. E era as mulheres que participavam do movimento sindical lá na década de 80 de 90, elas eram muito mais mal-vistas. Eram vistas muito mais como prostitutas, porque enfim, nós éramos vistas assim, entendeu. Porque imagina, tu saía de madrugada, o companheiro ia te buscar na tua casa, tu ia fazer uma “porta de fábrica”, enfim, não tinha muito horário. Essa questão de ser dona de casa, assim como as pessoas acham que tem que ser, na nossa vida não é assim, não que a gente não faça. Eu por exemplo, adoro fazer faxina na minha casa. Eu amo fazer faxina até porque eu acho que isso, o trabalho doméstico eu costumo dizer que é um trabalho como qualquer outro, ele precisa de uma mão para fazer, a gente mora na casa então essa casa é nossa, a gente precisa organizar ela, deixar organizada e deixar bonita, então não importa. Mas mesmo a gente é vista, as mulheres, hoje nem tanto, mas naquele período a gente era mal-vista porque era complicado tu ter um companheiro e outra pessoa ir lá na tua casa te buscar. Ai tu embarcava num carro de noite ou de madrugada, ou você voltava tarde da noite, entende. Porque que hoje a gente discute, tem os espaços, creche nas assembleias, creche pras reuniões, ter um espaço, reunião não de noite, exatamente para que as mulheres possam participar. Porque pra nós de noite é sempre mais difícil, vamos supor a gente trabalha, daí tu sai do trabalho, tu pega teu filho e depois vai pra uma reunião, aí tu vai pra casa...Hoje, por exemplo, a gente já pensa assim: ah, como que a gente vai fazer uma reunião para que as mulheres participem? Porque a gente sabe que elas trabalham, elas estudam, elas têm filho. Há um tempo atrás isso não era considerado.³⁴

O relato de Eremi contribui para nos indicar que o padrão “dona de casa” se choca com o “ser militante” das mulheres. Por um lado, por ela entender que trabalho doméstico “precisa de uma mão pra fazer”, ela rompe com uma visão tida como função feminina. Por outro lado, ela reconhece o quanto a dupla jornada de trabalho interfere na militância das

³⁴ Idem.

mulheres e, por isso mesmo, há a necessidade de se adequar os espaços, principalmente as reuniões com creches e os horários que permitam a participação das mulheres.

Práticas comuns ao movimento sindical, como sair ainda de madrugada para organizar atividades nas fábricas ou pegar carona no carro de algum companheiro homem, eram considerados desvios de conduta, o que reforçavam ainda mais a imagem de “prostituta” atribuída às mulheres militantes. Essa imagem parece ser uma herança do discurso proferido pela ditadura civil-militar acerca das mulheres militantes. Conforme Ana Maria Colling (2004 apud ROVAI, 2013, p.117) a mulher militante era definida pela repressão sempre como uma “puta comunista”. Além disso, eram vistas como um desvio, afinal a participação política não era coisa para mulher:

Ao construir a imagem da mulher politizada como desvio, a repressão procurava reafirmar que o sexo feminino seria incapaz das decisões políticas e não teria vontade própria. Deveria ser tutelada pelo homem. Nos registros das prisões, elas eram sempre apresentadas como esposas, filhas, amantes e irmãs de homens procurados pela polícia. Dificilmente tinham seu nome em destaque ou se acreditava que teriam sido tão ousadas. Se elas estavam no movimento estudantil e, principalmente, nos grupos armados, isso deveria ser atribuído a questões de manipulação ou desvio, por romperem com a moral tradicional. A repressão tratou de construir, em torno das que pegaram em armas, um sujeito unitário que foi compartilhado pela imprensa e pela sociedade em geral. Eram constantes as imagens nos noticiários sobre loiras terroristas, tratadas como drogadas ou “malucas”. Muitas, inclusive, foram internadas em manicômios, por se terem deixado seduzir pelo comunismo. (ROVAI, 2013, p.117).

A constituição feminista de Eremi foi um processo. Um episódio que contribuiu para essa constituição se deu a partir de uma violência policial por ela sofrida que a fez entender que aquela luta era uma luta de homens e de mulheres. O debate e o entendimento das questões teóricas auxiliaram nesse constituir-se enquanto feminista:

Olha só, eu acho que essa questão do feminismo foi muito na construção do próprio debate porque a gente teve assim, primeiro a participação para depois entender a questão teórica. Então na greve a gente fez uma manifestação em Porto Alegre sobre a questão de um dissídio nosso, de uma campanha salarial que tinha ido para justiça. A gente foi fazer uma manifestação lá no Tribunal Regional do Trabalho, e foi a primeira vez que eu fui presa e apanhei. Daí teve um cara da Brigada que me deu uma paulada na perna que eu nunca mais esqueci. Daí a gente começou que a luta, que aquela luta era uma luta nossa de homens e mulheres. Depois que a gente foi se dá conta que aquilo que a gente tava fazendo também era uma questão do feminismo, das lutas feministas.³⁵

Para Eremi, ser uma feminista emancipacionista é romper com os padrões e papéis sociais associados aos gêneros:

³⁵Idem.

Eu acho que ser feminista emancipacionista é poder estar no lugar que eu quiser estar. Não tem lugar determinado: esse é o lugar da mulher, este é o lugar...não! Eu posso estar no lugar que eu quiser. Eu posso estar na igreja, no bar, na rua, no sindicato, na universidade, eu posso estar fazendo Direito, Engenharia, Psicologia, eu posso ser professora....eu posso ser e estar onde eu quiser, isso é ser feminista emancipacionista. Porque onde eu vou estar, eu vou estar me colocando e levando essa questão. Porque é não ficar parada, pra mim é isso. E estar na fábrica, no comércio, nos hospitais, as enfermeiras, médicas ou na construção civil. Porque hoje nós estamos em todos os lugares. Agora tem um lugar que tá faltando mulher: é na política. Esse espaço nós precisamos ocupar. Se a gente olhar a gente ocupa todos os espaços, mas acho que o espaço de poder ainda nós não ocupamos, de decisão. Nós precisamos estar nos espaços de decisão, com projetos. Também não é qualquer mulher, mas uma mulher que defenda esses projetos que eu coloquei aqui, que eu acho que isso que regula a humanidade, nós queremos uma sociedade humana.³⁶

Ela afirma, sobretudo, a necessidade das mulheres ocuparem os espaços de poder e decisão, como a política, mas frisa que devem ocupar esse espaço mulheres que defendam uma sociedade mais humana.

Figura 5: Eremi Melo discursa em ato político



Fonte: Acervo pessoal de Eremi Melo

3.2 IVANI LIMA: “EU QUERO MAIS, EU QUERO IGUALDADE”

Ivani também veio do interior para Caxias do Sul em busca de trabalho. E o racismo que sofreu foi para ela algo “revoltante”, como conta:

Tu sabe que a gente não planeja nada na vida, as coisas vão acontecendo. Eu sou natural de Vacaria. Em 1980, eu vim a Caxias em busca de trabalho, porque quem

³⁶ Idem.

conhece (Vacaria) sabe que é uma cidade pequena, e ela quase não tem trabalho. E eu vim à procura de trabalho, eu fiquei acho que 8 meses procurando, soltando currículo vim morar com a minha irmã de criação soltando currículos, alguns mais ou menos, outros não. O meu cunhado na época, ele arrumou um serviço pra mim, no mercado de Caxias. O mercado era bom na época. Anos 80 quem tinha ensino médio era quase doutor (risos). E ele arrumou pra mim no supermercado e na hora da entrevista eu não fui aceita porque eu era negra, né. Então aquilo vai te envolvendo, te revoltando porque puta merda! (Desculpa o palavrão). Mas a minha cor, a avaliação não é a minha capacidade mas sim a minha cor! E depois então, o meu cunhado arrumou pra mim na antiga Comai, que é a Comissão Municipal de Amparo à Infância, onde a gente trabalhava com os meninos de rua, era criança e adolescente com escolas infantis, e eu fui pra uma escola infantil. E nessa escola infantil eu acabei conhecendo a Abgail e a gente ficou muito amiga. No começo ela era muito nariz empinado. “Bah, não gosto dessa mulher, né”. Mas daí a gente acabou ficando amiga, e eu morava de aluguel na época. Eu fui morar de aluguel no pai dela. E a Biga era uma mulher política, ela era assessora da Raquel Grazziotin, já trabalhava, estava envolvida na política, foi a Abgail. E aí cada vez eu fui me envolvendo mais, cada vez me envolvendo mais. Primeiro porque nós lutávamos pelo Plano de Carreira dentro da Comai, lutando pelo plano de carreira, daquilo ali tu vai te envolvendo, fui me envolvendo e fui cair aonde? No movimento de mulher, eu vou confessar pra vocês que no começo eu não gostava do movimento de mulheres, por quê? Porque eu sou muito imediatista, eu quero pra agora. E hoje eu já aprendi com as mulheres que tudo tem o seu tempo, que tu tem a tripla jornada de trabalho, tu tem casa, tu tem marido, não sei o quê, então não é sempre que tu vai, mas a gente tem que ter paciência, aí que foi meu começo, meu envolvimento dos movimentos e da política.³⁷

Ivani inicia sua participação política mobilizada por seus direitos trabalhistas. Ela admite que, por ser imediatista no início, não gostava do movimento de mulheres por perceber que muitas das pautas feministas são processos lentos como mudar construções culturais - gênero, principalmente. Ela ainda revela fato importante: o seu constituir-se como agente política não coincide com um despertar feminista:

Eu acho que a gente demora, eu acho que pra tu aceitar que tu é feminista e que tu é discriminada por ser feminista. Porque a gente, mesmo a família da gente, os nossos pais: nasceu pra ser dona de casa, casar e deus. E a gente “rasgou o sutiã” e disse “Não, não sou só isso. **Eu quero mais, eu quero igualdade**”. Eu acho que demorou um pouco, eu acho que eu já tinha uns quase trintinha nas costas que demorou, mas eu acho que o que vale é que uma hora isso desperta.³⁸ (Grifos da autora)

O preconceito em torno da palavra feminista é tamanha que entre as próprias militantes da UMCA/UBM houve uma relutância em se perceber como feminista. Para Ivani, o que difere o feminismo da UBM e da UMCA é a luta por igualdade entre homens e mulheres:

A UBM e a UMCA o que difere pra mim nesse momento é a união de todos homens e de mulheres. Porque tem movimento de mulheres que elas não aceitam a participação de homens. Na UBM e na UMCA não que os homens vão lá ter... pode até ter voz, mas não voto. Mas eu acho que a participação masculina tem que estar junto das mulheres. Que movimento é esse que os homens não podem participar?

³⁷ Lima, Ivani. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 30 de setembro de 2020.

³⁸ Idem.

Quando a gente luta pela igualdade e você não quer os homens juntos no movimento tu não tá lutando por igualdade.³⁹

Figura 6: Ivani Lima em evento do Conselho Estadual da Mulher



Fonte: Acervo pessoal de Ivani Lima, situada à direita, ao lado de Fabiane Dutra, atual presidenta da UBM Rio Grande do Sul.

3.3 IVANIR FÁTIMA PERRONE: “FOI AÍ QUE EU COMECEI A PARTICIPAR MAIS DA LUTA DAS MULHERES PRA QUE NINGUÉM MAIS PASSASSE POR ISSO.”

Sou comerciária há 30 e poucos anos e dirigente sindical desde 94 e sempre gostei muito da luta do movimento sindical e dentro da luta do movimento sindical a gente também aprendeu na época, conhecendo as mulheres de luta e conhecendo todo mundo que participava. Na época era meio clandestino não era todo mundo que participava da luta porque quando eu comecei no comércio a gente tinha direitos mas a gente não podia fazer a luta para reivindicar os nossos direitos. Quando eu comecei mesmo no comércio a gente fazia assembleia na praça, ali no calçadão que era enorme. O sindicato ia pra lá de meio dia, a gente almoçava num bandeirão que tinha bem pertinho da Catedral. E a uma hora da tarde o sindicato era referência, sempre o sindicato a uma hora da tarde estava no calçadão. Então era normal, todos conversando com todo mundo ficava sentado nos bancos da praça e eu comecei isso em, comecei no comércio em 78 e desde lá eu aprendi muito a gostar da luta, da militância, do movimento sindical, depois fui conhecer o partido e a luta das mulheres, se engajando na luta de todo mundo.⁴⁰

A narrativa sobre o despertar político de Ivanir vai sendo construída ao longo da entrevista. Ela comenta sobre como a luta sindical lhe inspirava. Em 1978, ela se torna comerciária e em 1994 aceita participar do sindicato. Salienta, ainda, que entre o início de seu trabalho no comércio e a sua entrada no movimento sindical de forma efetiva, ela já participava de atividades como greves e a comissão das mães da creche:

Quando eu trabalhava na livraria Ramos que foi o primeiro comércio que eu participei, a presidente do sindicato aqui era uma mulher o nome dela era Odete e eu admirava muito o trabalho da Odete. Porque ela ia pra dentro das lojas e conversava

³⁹ Idem.

⁴⁰ PERRONE. Ivanir de Fátima. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 01 de setembro de 2020.

com todo mundo e estava sempre tentando ganhar a categoria e eu achei aquilo interessante, assim, importante, porque antes disso eu trabalhava na indústria e o sindicato da indústria não tinha uma pessoa que conversava com os trabalhadores num local fechado. E no comércio foi diferente, aí que eu comecei a gostar da luta sindical. Eu sai dessa loja entrei em uma outra livraria, foi em 1989 e começou as greves no comércio, as greves gerais e eu não era do sindicato, tinha a Isete que era do sindicato, da diretoria do sindicato, e um dia ela disse assim pra mim: “Iva, amanhã nós vamos fazer greve. Tu faz greve com nós? Tu ajuda nós na mobilização? Tu ajuda a trancar a livraria?”

Eu disse: ajudo, não tem problema nenhum. E eu não era dirigente sindical e eu fiz isso. Eu fiz junto, fui pra greve, fui pra rua. Na época a gente passava em todas as lojas, baixava cortina, ia participando. A luta era pelo “sábado inglês” que não era pra trabalhar no sábado à tarde. E eu fui participando e fui gostando. Fui gostando, fui gostando mas demorei muito pra entrar no sindicato, ainda demorei bastante. E isso foi em 1978 eu entrei no sindicato em 94, mas de todo esse período eu nunca deixei de participar.⁴¹

O fato de ser mãe e a necessidade das creches são associadas à sua entrada definitiva no movimento sindical.

Mas quando eu fui convidada, eu já tinha sido convidada pela Odete naquela época lá, mas quando eu aceitei a entrar para o sindicato foi quando eu ganhei, eu tinha neném, e tava na creche, e mãe comerciária, eu fazia parte da comissão das mães da creche e foi aí que o Paulo Pacheco me convidou para entrar para a diretoria, ele e a Solange, os dois coordenavam a creche.⁴²

A narrativa da Ivanir é muito mais atrelada à luta sindical do que à luta feminista. Mas é muito marcante no relato dela que foram as dificuldades por conta da sua condição enquanto mulher que potencializam seu engajamento político: ser mãe trabalhadora, a falta de creches e a discriminação no mercado de trabalho por ser mulher.

Eu percebi que as trabalhadoras comerciárias, elas atravessavam uma fase muito difícil porque na época a gente era muito discriminada. No comércio não podia ser casada pra trabalhar no comércio, porque se tu era casada tu podia ter filhos e filho atrapalhava. Então ali acendeu a luzinha, sabe. Porque quando eu trabalhei numa ótica eu tive que assinar um documento dizendo que eu não ia engravidar. E eu não fiquei, eu trabalhei dez dias nesse lugar e sai. Imagina assinar um documento dizendo que eu não ia engravidar, olha o tipo de comércio, olha o tipo, era escravidão. Na época a dona da loja dizia assim que ela defendia muito as mulheres que ela achava que as mulheres não deveriam engravidar para não atrapalhar o trabalho porque ela queria que as mulheres crescessem profissionalmente. Era isso que a gente ouvia, eu ouvi naquela época. **E foi aí que eu comecei a participar mais da luta das mulheres pra que ninguém mais passasse por isso.** E também a questão da jornada de trabalho, a questão das mulheres e filho na creche, e trabalhar no comércio não tinha horário pra sair e tudo. E aí eu comecei a conhecer o sindicato e entender que a luta das mulheres sem o sindicato também não ia, a gente não ia conseguir avançar enquanto mulher trabalhadora. No mundo do trabalho era isso que eu vi.⁴³ (Grifos da autora)

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

Ela aponta que a sociedade admitia que as mulheres trabalhassem mas não que elas pudessem participar de movimentos sociais e políticos:

O movimento de mulheres sempre foi muito discriminado, sempre foi. Naquela época também porque **a mulher ela servia para trabalhar e não para lutar**. Ainda é uma das lutas que lá de 40 anos atrás ela continua até agora quando alguém vê o movimento de mulheres na rua eles ficam assim: “O que as mulheres estão fazendo? Porque que não vão trabalhar?” Eles acham que se tu tá ali lutando tu não tá construindo nada, então teria que trabalhar, desde aquela época já era discriminado, a sociedade nunca aceitou as mulheres na rua.⁴⁴ (Grifos da autora)

Embora a condição da mulher esteja presente no seu relato como fator decisivo para sua participação no movimento sindical, quando eu a questioneei sobre sua constituição enquanto feminista, ela demonstrou incerteza sobre esse fato:

Sabe que essa é uma pergunta bem difícil porque a gente é um pouco de tudo. A gente se colocar como feminista tem gente que diz assim: feminista é aquela extrema, aquela que só defende as mulheres, que ataca os homens, que disputa e não aceita que a disputa e não aceita rivalidade masculina porque vai tirar um pouco do espaço. Eu não sou assim então eu não sei se eu sou feminista. Ou se eu deixo de ser feminista, porque eu aceito muito que as coisas são muito igualitárias, eu não sei dizer se eu sou extremamente, se eu sou feminista. Eu defendo a luta das mulheres agora não sei se eu sou feminista.⁴⁵

Esse último trecho de Ivanir indica que nem todas as mulheres que ingressaram na UMCA/UBM se reconheciam ou se reconhecem como feministas. E isso se deve, em parte, conforme o próprio relato de Ivanir, por uma má compreensão do que seja uma feminista.

Figura 7: Marcha das Margaridas 2019

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.



Fonte: Acervo pessoal de Ivanir Perrone, à direita, junto de Mazé Morais, secretária de Mulheres da Contag e coordenadora da 6ª Marcha das Margaridas.

3.4 JOCELI QUEIROZ: “ESSA SEDE, ESSA VONTADE DE UM MUNDO MELHOR”

Na verdade foi na minha adolescência, como eu freqüentava muito a casa da Raquel Grazziotin que era uma grande referência no movimento de mulheres, no movimento social em Caxias e foi dali que foi despertando essa paixão pelos movimentos sociais, principalmente pelo movimento de mulheres.

[...]

Nós éramos super amigas assim, na verdade eu era amiga da filha dela, a Márcia. Então éramos de adolescência. E aí depois freqüentando sempre a casa, era um fluxo muito de pessoas que fizeram a história de Caxias que passavam pela casa dela e aquilo foi me apaixonando, fui me apaixonando, fui gostando e ela foi me inserindo também em muitas oportunidades pra me desenvolver.⁴⁶

Joceli começa a se interessar pelos movimentos sociais ainda na adolescência, ela era amiga da filha de Raquel Grazziotin, e frequentar a casa da Raquel com aquele fluxo de pessoas com participação política foi influenciando. E assim, Joceli inicia sua participação ainda no movimento estudantil secundarista:

O primeiro movimento que eu participei foi a greve do Cristóvão de Mendoza que a gente participava do movimento estudantil, do grêmio estudantil. Foi o primeiro contato mesmo não só com a teoria mas com a prática. Que entrou pra história inclusive de Caxias. Foi na década de 80.⁴⁷

Jô engravidou na adolescência e, conforme seu depoimento, esse foi um momento significativo para o seu despertar político e feminista:

⁴⁶ QUEIROZ, Joceli. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 23 de outubro de 2019.

⁴⁷ Idem.

Porque eu engravidei na adolescência e aí tu tem outros olhares, sabe? Mesmo tendo apoio da família tudo. Tu vê como a sociedade te vê. A Júlia tá com 34, aí tu imagina há 34 anos atrás como as pessoas veem uma adolescente grávida. Então acho que isso separa muita coisa e começa a ver... Não é que tu tenha que ter alguma situação particular pra te levar ao feminismo. Não é nesse sentido. Eu já militava mas daí tu dá aquele salto de qualidade, tu diz “não, agora eu vou combater dessa forma”. Geralmente as pessoas que criticam a questão das mulheres serem feministas, empoderadas, essas coisas, eles dizem o que? “Ah porque não gosta de homem”. “ Ah porque são mal - amada”.⁴⁸

A adolescência é o momento em que ela se descobre como agente política, sendo esse fato recorrente na narrativa dela. Jô conta como a maternidade representa um salto de qualidade na sua constituição feminista e quais imagens são associados às feministas, “não gostam de homens” ou “são mal-amadas”. A experiência vivida ressignificada pela formação militante atuam juntas para que ela se descubra como feminista:

Eu vim a descobrir essa questão de ser feminista, sabe, de lutar justamente por todas as situações que a gente tem. De sempre ficar a margem de tudo, a gente sofre diariamente, tu não precisa chegar a fase de mulher para se tornar feminista, na tua própria adolescência tu é discriminada de várias formas. Então ali foi despertando, fui vendo algumas injustiças, aquelas coisas e as leituras ajudam muito a começar a observar este outro lado⁴⁹.

Para ela, ser uma feminista emancipacionista é se reconhecer como uma pessoa que pode contribuir com a luta por um mundo melhor:

Isso é muito meu. Muito característico meu de achar que eu posso vir a contribuir com a luta no geral por um mundo melhor. Não é um mundo pra mim, é um mundo pra todos. Eu gostaria muito que meu neto tivesse uma juventude saudável. Conseguisse ter oportunidade, ter uma infância boa, mas daí pra ele poder ter eu tenho uma parcela enquanto sociedade. Que a gente tem que se organizar pra essas gerações futuras poder ter isso. Acho que isso que te empodera. Acho que é isso, **essa sede, essa vontade de um mundo melhor**. Porque é tanta desigualdade, é tanta injustiça, e tanta violência que às vezes tu acaba se sentindo culpada por algumas coisas. Mas não é sabe. Porque tu tá ali, tá lutando.⁵⁰ (Grifos da autora)

Para Joceli, uma feminista emancipacionista, além de ter “uma sede, essa vontade de um mundo melhor”, tem como característica a de conceber a luta feminista como uma luta humanista e não apenas pelas mulheres.

Eu acho que ser feminista é tu querer uma vida mais justa pra todo mundo. Tu precisa do teu companheiro, quando eu digo companheiro não é a pessoa que divide a tua vida íntima contigo, Eu digo teu companheiro o homem. Tu precisa estar junto com o mesmo foco. Agora se eu começar a ser aquela feminista e radicalizar a situação e vir a dizer “eu consigo” eu não vou querer uma sociedade igualitária mais justa se eu tiver um filho homem como é que eu vou tratar ele, não né. Então eu acho assim que pra tu ser feminista, te empoderar é tu ter essa questão de valorizar as

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

peças enquanto seres humanos, só assim tu vai conseguir fazer, só assim tu vai vencer esses obstáculos que se tem.⁵¹

Figura 8: Joceli concede entrevista sobre o Dia Internacional da Mulher.



Fonte: acervo pessoal de Joceli Queiroz, 8 de março de 2019.

3.5 JOCEMAR BARBOSA: “ O MOVIMENTO PRA MIM É EM PRIMEIRO LUGAR.”

Quando eu era pequena meu pai era da associação de moradores do bairro Sagrada Família. Foi aonde eu conheci a luta pela creche, hoje escola infantil, mas na nossa época era creche. Eu ia com ele nas reuniões, eu tinha 9, 10 anos e eu comecei a gostar porque é tão bom quando a gente pode ajudar as pessoas né. Então meu pai foi um dos primeiros moradores do bairro Sagrada Família, foi o que levantou o centro comunitário, que fez a primeira escola infantil do bairro. Meu pai era da direção e dali pra cá eu ia com ele nas reuniões da UAB que era a céu aberto, a gente não tinha uma sede própria, e era no sindicato dos reunidos, eles faziam a reunião na frente, fosse sol, fosse chuva, era lá que se acontecia as reuniões. Hoje a UAB tem uma sede própria, mas o movimento comunitário começou na rua mesmo.

⁵²

O pai de Jocemar participava do movimento comunitário e ela, que ia desde pequena acompanhá-lo nas atividades, iniciou sua militância política nesse mesmo movimento. Ela evoca a memória sobre o racismo, o preconceito por ser “arrimo de família”, em outras palavras, por ser mãe solo. Até mesmo dentro do movimento comunitário o fato de não ter um marido resultava em preconceitos. Ela comenta sobre a dificuldade de conciliar a militância política com uma relação afetiva, e que se ela tivesse casado talvez não seria a militante que é. Ela encerra afirmando que em suas relações ela precisava afirmar que não abriria mão da militância política.

Eu acho que todo o dia uma mulher mata um leão, um tigre e passeia no elefante, então pra mim a questão de ser negra, arrimo de família, antigamente diziam mãe

⁵¹ Idem.

⁵² BARBOSA. Jocemar. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 21 de agosto de 2020.

solteira, era muito preconceituoso porque tu não tem um marido. Sim, mas eu não preciso de um marido. Eu fiz minha filha, eu tenho a minha filha que tá com 21 anos hoje, tá fazendo Pedagogia. Então quer dizer, claro, que de repente por algum momento ela sentiu a falta da figura paterna. Mas não, hoje é menos preconceito de chegar e dizer assim: eu sou mãe solteira. Antigamente falava mãe solteira já te olhavam assim com outros olhos, então, assim, eu tive preconceitos, dentro do próprio movimento comunitário porque aquela questão quando um homem tem que estar ao lado. Eu batia muito nisso porque eu não sou contra o casamento mas cada um faz da sua vida o que acha que deve fazer, tive minha filha não me arrependo em nenhum momento. Quem sabe se eu tivesse casado não sei se eu seria a mesma pessoa porque por muitas vezes um relacionamento começa a podar a sua atuação porque daí tu não pode tá em reunião às dez horas da noite, não que tu não possa, mas geralmente a sociedade às dez horas da noite tu tá numa reunião e o teu marido em casa. Então eu acho que não daria certo até porque... a não ser que ele fosse também do movimento porque é uma coisa que eu sempre disse nos meus relacionamentos: **o movimento pra mim é em primeiro lugar.**⁵³ (grifos da autora)

O racismo, a imposição de um padrão de beleza branco para as mulheres negras, a negritude como algo inferior e os efeitos na autoestima das crianças é fato marcante para Joce:

A mulher a gente não vê pelo corpo, a gente vê a essência que ela tem. Então muito se perdeu nesse sentido de ser mulher, o que é ser mulher pra ti, o que que é ser mais bela pra ti? Então pra mim bela é aquela mulher que acorda cedo, que leva a criança pra creche, escolinha, que pega o outro ônibus, vai trabalhar, que trabalha o dia inteiro, passa na escola, que pega criança que volta pra casa, que passa no mercado pra mim essa é a mais bela mulher que tem. E hoje a sociedade impõe que a bela é a magra e a alta, loira, do olho azul, com lábio Angelina Jolie...Então até pra nossas próprias crianças é difícil explicar que elas são lindas. A nossa criança negra principalmente. “Porque o teu cabelo é ruim.” Não! cabelo ruim não cresce na cabeça. Eu sempre digo isso. E eu tenho as minhas sobrinhas que tem o cabelo “tonhonhoim” que elas dizem. Nosso cabelo tem movimento, tem balanço. Então sempre nessa questão do racismo, da cor da pele eu sempre tive isso com a minha família. A gente tem a cor linda, e o nosso cabelo é maravilhoso! A sociedade impõe muita coisa pras nossas crianças e é triste isso, porque a criança negra ou a branca ela é criança. Ela não tem a maldade que o ser humano adulto tem, e ela já começa a colocar na cabeça da criança que criança negra é inferior a ela. É bem complicado isso e a gente tem que lutar a cada dia mais para que crianças negras e brancas realmente se criem normais. Porque é muito difícil, tu vê uma criança branca e uma negra, “o teu cabelo é estranho”; “não, o meu cabelo não é estranho!”.

E muitas mães às vezes tem esse medo de conversar com a criança ou às vezes passa despercebido essa questão e a criança cresce nesse ambiente de preconceito.⁵⁴

Ela é objetiva ao falar sobre como as feministas eram vistas na sociedade:

As loucas, as mal amadas, as que não tinham perspectivas de casamento, as que eram baderneiras, que eram alcoólatras, eram drogadas, era bem pejorativo o que eles pensavam da gente⁵⁵.

Joce diz que sempre foi feminista, mas que no período não utilizavam esse termo:

Eu acho que eu sempre fui. Só que antigamente era diferente, tu não era feminista. Tu era, como é que eles chamavam... A gente sempre queria defender a mulher, por que a gente queria defender a mulher? Eles dizem, chamam nós de sexo frágil, nós

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

não somos sexo frágil. Sexo frágil é quem pensa que nós somos. Então a UMCA começou na minha vida, eu acho que eu sempre fui feminista, um feminismo bonito onde o homem e a mulher tem os mesmos direitos, ninguém é melhor do que ninguém eu acho que é a UMCA, lá eu devia ter uns 16 pra 17 anos, a gente não podia votar ainda mas podia fazer parte dos movimentos, então eu comecei cedo na questão feminista.⁵⁶

O relato de Joce e o de Ivanir ilustram que havia e ainda há uma certa resistência em denominar-se feminista. Apesar disso, ela disse que sempre foi feminista, afinal ela sempre quis defender a mulher. Para ela o que difere o feminismo emancipacionista é o quadro social das militantes:

A UMCA e a UBM pra mim elas têm a vivência do bairro lá da periferia, dos outros é mais a teoria não a prática e nos da UBM e da UMCA a gente tem a teoria e muito mais, muita mais a prática por quê? Porque nós somos mulheres das periferias, temos claro mulheres de várias classes sociais mas a grande maioria é ligada ao movimento da periferia, do bairro, do barro, da casa caindo, da falta de alimentação do bairro, então por isso que a gente é diferenciada eu me vejo diferenciada por esse fato.⁵⁷

A fotografia a seguir foi escolhida pela Joce, e o que ela diz sobre a foto mostra como a maternidade é um ponto marcante na memória das militantes:

Figura 9: Mulheres contra o FHC e o FMI



Fonte: Acervo UBM Caxias do Sul

Eu tava grávida da minha filha em um 8 de março. Me reporta quanto mudou de lá pra cá, o quanto ainda hoje pelas mesmas bandeiras, mas que naquele momento estava tendo o sentimento de ser mãe, eu tinha um ser no meu ventre. Então aquela foto ali, me reportou coisas boas, onde nós éramos mais unidas, mais mulheres mesmo.⁵⁸

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

Nesse momento percebo que Joce se emociona e questiono sobre a maternidade dela. Então ela me conta, muito emocionada, sobre um episódio em que ela é chamada à escola porque a filha dela, para defender uma colega que havia levado um tapa de um dos meninos da turma, reage dando outro tapa e dizendo para esse mesmo menino: minha mãe disse que não se bate em mulher!

3.6 LOURDES ZABOT: “POR QUE QUE A CARGA TEM QUE SER TODA DA MULHER?”

Na verdade eu comecei na faculdade. No movimento estudantil. Aí era assim no período da Redemocratização, na década de 80. Que o povo se movimentava para lutar pela democracia contra o Regime Militar. E o movimento estudantil era forte na época. E aí as meninas e os meninos passavam na sala de aula, eu comecei a gostar daquilo. Que achava que tinha que mudar, que não tava certo, o país como tava devia mudar, havia muito desemprego, as liberdades naquela época eram muito cerceadas. Eu lembro que eu estava no ônibus, um dia lendo, um jornal “A classe operária”, eu na verdade não conhecia, nem conhecia o partido comunista, nem sabia o que era. Me venderam esse jornal na universidade e eu fui ler. Estava no ônibus lendo o jornal e uma pessoa veio do meu lado e disse assim: “não leia isso ai em público, esconda isso ai, porque tu pode te prejudicar”. Eu na minha inocência não conhecia essa questão da ditadura, o que era, o que eles faziam. Aí eu comecei a me interessar daí que me despertou. Por que que eu não posso ler? Eu tava lendo uma matéria sobre, como que era o nome do menino, não lembro o nome do filme agora... Pixote. Eu estava lendo uma matéria sobre o Pixote, eu pensava assim “por que eu não posso ler isso daqui?, por que que eu não posso ler?”. Daí eu comecei a me interessar. Procurei o DCE, não era o DCE na verdade, era, porque existia a Comissão Representativa da Base, era a CRB o nome. E daí eu comecei a participar do movimento estudantil, me interessei, gostei e tô até hoje. Daí, que eu fui entrar na questão das mulheres também, entender o que era das discriminações, né, e foi indo e tô até hoje.⁵⁹

Lourdes conta que seu interesse pelos movimentos sociais e o seu constituir-se como feminista se deu simultaneamente. E cita, ademais, a dupla jornada de trabalho da mãe e a diferença no mercado de trabalho como fatores que marcaram esse momento.

Quando eu comecei a perceber assim, pô tu trabalha num lugar, tu tem um salário, faz o mesmo trabalho, eu vivenciei isso. Eu fazia o mesmo trabalho, o meu colega de trabalho fazia o mesmo trabalho e o salário dele era maior. Mas porque que tem que ser maior? Por que que eu não posso ganhar igual? Trabalho mais... tu vê às vezes a gente, a mulher se dedica mais, ela é mais dedicada, os homens infelizmente... não é que, não sei se eles não querem, não sei porque mas a mulher é mais dedicada, a mulher se dedica mais, vai até o fim. Mas tu via o salário diferente. Ai tu olha assim, porque é que só eu tenho que fazer o trabalho de casa? Eu lembro do meu pai, da minha mãe. A mãe, a minha mãe trabalhava em casa cuidava dos filhos, fazia comida, lavava roupa, fazia tudo e ia pra roça junto com o pai. O pai só, eu não culpava ele, eu digo eu não culpo ele, porque ele não conseguiu entender, isso aí que ele tinha que ajudar. Agora os meus irmãos já começaram a ajudar. A mãe tinha dupla, tripla, quádrupla jornada de trabalho, o pai não. Ele levantava de manhã, ia trabalhar, ia pra roça, tomava o café que a mãe fazia, ia pra roça, voltava, daí a mãe ia junto, depois voltava e fazia o almoço. Eu me questionava, mas por que essas

⁵⁹ ZABOT, Lourdes. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 30 de setembro de 2019.

diferenças? Por que isso, por que que a carga tem que ser toda da mulher? E daí eu fui ver, me questionando sobre isso.⁶⁰

Ela comenta como o termo feminismo é ainda mal compreendido na sociedade:

Eu estava conversando em um grupo que eu participo com professoras e professores de faculdade, do município e do estado. Elas estavam comentando sobre uma mulher: “Bah, ela é muito legal pena que é feminista!”

Então, fui questionar: “O que é que vocês entendem por feminismo?”

Por isso que eu falo em deturpar o feminismo: é aquela mulher que não quer saber de homem, que rasga sutiã...não é nada disso! O principal conceito de feminismo é igualdade! Nós queremos igualdade entre homens e mulheres, que mal tem isso?

Vocês são feministas! Vocês não defendem ter salário igual? Sim.

Vocês não defendem que a mulher não tem que ser estuprada? Sim.

Não defendem que o homem não tem que bater na mulher? Claro.

Então vocês são feministas!

O que é machismo pra ti? Machismo não é conceito ser macho ou fêmea.

Então isso cai na sociedade, cai na mídia, e é muito deturpado esses conceitos. Nós feministas temos que trabalhar e falar o que é o feminismo pra sociedade entender que não é bicho papão, não é o endemoniamento que eles falam, porque eles demonizam a palavra, igual ao comunismo.

Deus o livre, comunista! Deus o livre tu é a feminista!⁶¹

Essa deturpação sobre o feminismo que Lourdes e outras narradoras manifestaram é reforçada pela imprensa local. Enquanto no Brasil, em 1975, surgiram os primeiro grupos feministas, em 1977, em Caxias do Sul, o jornal *Correio-Riograndense* publicava a seguinte matéria, no dia 23 de novembro, sobre os avanços tecnológicos do futuro e sua consequência para a relação entre homem e mulher:

A ascensão social da mulher é um fato inquestionável desde agora e, certamente, deverá continuar. O “feminismo” de igualdade com o homem foi apenas uma doença infantil. O rumo a ser seguido seguramente, será outro. As chamadas ‘prendas domésticas’ praticamente desaparecerão com o avanço da tecnologia.⁶²

O feminismo é considerado como uma doença infantil. A ascensão social da mulher é tida como resultado dos avanços tecnológicos, portanto, não só é desnecessário como é uma doença infantil almejar ter igualdade com os homens. Assim, segundo o jornal trata-se não de romper com as relações de gênero, mas atenuar os serviços domésticos que, claro, são tarefas das mulheres.

Em 1978, o mesmo periódico publica um artigo chamado “Mulheres do Terrorismo”, em tom de denúncia aos atos cometidos pela Brigada Vermelha, grupo de esquerda italiano que praticava ações diretas a grupos neo-fascistas, incluindo assassinatos. O interessante do artigo é a relação entre feminismo, terrorismo e a esquerda.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

⁶² *Jornal Correio - Riograndense, Caxias do Sul, 23 de novembro de 1977, p.4*

Feminismo e terrorismo, agora de mãos dadas. O pseudo-sexo frágil, procurando novas formas de auto-afirmação, foi encorajado a contestar sistematicamente Estado, família, Igreja e demais instituições. Começaram a surgir, vingando sob a impotência das frágeis formas políticas atuais, os mais diversificados modos de contestação feminina.

[...]

Matar. Matar em vez de amar. Destruir no lugar de aceitar o papel tradicional de mãe e educadora. O feminismo exacerbado levou à negação da vida, ao gosto pela morte e destruição.⁶³

A associação de feminismo e terrorismo é reforçada através de frases atribuídas às lideranças da Brigada Vermelho como: “Prefiro meu revólver aos homens!”; “A verdadeira festa revolucionária: Matar!”; “Meu único amor é a revolução!”. Essa última atribuída à Furako Shiganobu que, segundo o periódico, entregou o próprio marido à morte.

O texto se encerra recorrendo à mitologia de Medeia⁶⁴ que carrega muitos símbolos e imagens associadas ao feminino: feitiçaria, a emoção predominando no lugar da racionalidade, uma mulher que fala em público e é, portanto, um desvio perigoso à feminilidade.

Abandonando os filhos, condenando os esposos à morte, salvando assassinos. Mas, sobretudo, famintas de sangue, estimulando mortes, inspirando vinganças.(...)Transformadas em ídolos, essas feras sanguinárias, mal tombam mortas, são substituídas por dezenas de outras. Quem conseguirá detê-las, se o próprio sangue do marido e dos filhos não consegue entristecê-las? No século do terror, as feministas terroristas são as novas medeias, atraindo os homens para a morte.⁶⁵

O artigo “Mulheres do Terrorismo” apresenta alguns dos estereótipos ainda comuns às feministas: romper com o papel de mãe, negar a vida, ódio aos homens.

A ideia de que as guerrilheiras foram “encorajadas” condiz com a representação das mulheres militantes pela repressão. Vistas como um desvio nas únicas funções que cabiam à mulher, ser boa esposa e mãe, e por isso presas no espaço privado do lar, incapazes de pensar por si mesmas, fazem o que fazem pois são encorajadas por terceiros.

Para Lourdes o Feminismo Emancipacionista se difere dos demais por não ser sexista:

A UBM ela não é sexista porque outros movimentos eles são mais eles lutam mais sexo, são sexistas, a luta dos sexos, nós não achamos isso, achamos que a UBM ela tem que lutar junto, nos precisamos dos homens pq na vida normal a gente convivemos com os homens e mulheres, mulheres e homens, não vamos viver

⁶³ *Jornal Correio - Riograndense, Caxias do Sul, 14 de junho de 1978, p.6*

⁶⁴ Personagem da mitologia grega, feiticeira, que movida pela sua paixão por Jasão e em troca da promessa de casamento, trai a sua terra natal ao entregar o bem mais valioso da sua comunidade; mata o próprio irmão e o pai para que se Jasão fugisse e quando esse a trai, casando-se com outra, vinga-se matando os próprios filhos. Interessante nessa tragédia grega é o fato de Medeia ser uma boa oradora, valor muito estimado pela civilização grega e característica tida como exclusiva do sexo masculino. Assim, no mito, Medeia convence o coro, que no texto é feminino, sobre sua vingança. (DUARTE, 2015)

⁶⁵ *Jornal Correio - Riograndense, Caxias do Sul, 14 de junho de 1978, p.6*

isoladas, sozinhas. E nós precisamos dos homens que estejam do nosso lado, nós precisamos que tenham homens feministas, que a nossa, a principal diferença acho que é essa. Que a luta não é uma luta de sexos nós brigamos pra ter os mesmos salários, nós não queremos que os salários deles baixam pro nosso para ficar igual, nós queremos chegar no patamar dele, o homem não é nosso inimigo, nós temos que puxar ele pra nossa luta, que ele faça parte da nossa luta da luta das mulheres, tem que entender isso. Porque se não for assim ele não vai lavar louça, ajudar a cuidar dos filhos e hoje tem muitos homens que são feministas eles ajudam em casa, cuidam dos filhos, eles lavam louça, cuidam da roupa, dividem as tarefas, nós precisamos dos homens do nosso lado. Nós não somos contra.⁶⁶

Figura 10: Ato “Ele Não” 2018



Fonte: acervo pessoal de Lourdes que na foto carrega a bandeira do Brasil.

3.7 MARI DOS SANTOS NERY: “NÓS SEMPRE ACHAMOS QUE A MULHER PRECISAVA SE EMANCIPAR”

Eu comecei a participar do movimento social assim, não foi na UBM, não. Eu comecei ainda em 89, 80 na JOC. Eu era bem novinha. Eu comecei a participar ali que eu dava aula de catequese na Igreja, eu dava aula de crisma, sabe. Aí foi que um dia eu pensei assim: puta merda! mas eu to lá dizendo pras crianças que basta rezar que resolve! (Não não sou contra a religião, UBM tem da macumba, tem Jeová, tem tudo, todas as religiões).

Eu pensei não é só isso. Não basta isso. A JOC eu participei de vários congressos estaduais e 1982 eu estava nos comerciários, tinha 18/ 19 anos, conheci o povo mais ligado a essa linha de emancipação, daí que conheci a Abigail, a Solange Carvalho, a Célia Santos. A minha primeira greve eu fiz em 1984 eu tava grávida de 8 meses e

⁶⁶ Idem.

não era sindicalista, eu tava grávida de 8 meses quando eu fiz a minha primeira greve, e daí, cá pra nós, eu separei logo né, porque daí eu só tinha os filhos não tinha marido (risos)⁶⁷.

Mari iniciou sua militância na Juventude Operária Católica. Começou a participar do sindicato dos comerciários(as) e quando participou pela primeira vez de uma greve, passava por um período de gestação. Ela comenta, de maneira divertida, sobre como ela se separou logo após. A dupla jornada de trabalho e os cuidados com a família são dificuldades encontradas:

Ah sim, essas dificuldades tu tem. Tu tem filho, eu nessa época, por exemplo, tinha filho pequeno. Meu filho mais velho tem 34 anos. Então quando tava nesse auge do movimento eu tinha um filho com dois anos, três anos, muitas vezes levava pra reunião, deixava em casa com a mãe, não podia ir. Porque sempre sobra pra nós mulheres. Cuidar do filho, quem tem que cuidar é nós, que nem agora, eu tenho participado pouco das reuniões é que eu tenho a minha mãe com 91 anos, quem tem que cuidar? Nós mulheres! Já o homem não, não tem essa dificuldade, que esse cuidado infelizmente continua sendo nosso. Leva o filho no colégio, quando tem o filho vem o neto tem que levar no colégio, e esse cuidado ainda continua com nós mulheres. Que nós vivemos uma sociedade machista, querendo ou não, nossas mães educaram nós, não sei tu que é mais jovem, vocês que são mais jovens, mas nós mulheres mais antigas nós fomos criadas como? Que o mundo era dos homens. Nós mulheres inclusive, quando fomos pro mercado de trabalho, fomos como mão de obra de reserva. Quando falta o homem nós vamos pro mercado de trabalho. E há quem diga ainda que a mulher no mercado de trabalho é pra ajudar o homem quando sabe que é o contrário. Nós sabemos que 30% dos lares brasileiros são sustentados por mulheres.⁶⁸

Assim como Joce, ela diz que sempre foi “ubemista” (pertencente à UBM) quando pergunto sobre quando ela se deu conta que era feminista, e reforça o uso da estratégia de fazer com que as mulheres ocupem espaços como os sindicatos.

Eu atuei por mais de 30 anos no movimento sindical e sempre fui ubemista, porque eu sempre tive esse pensamento que a gente trabalhava com o movimento sindical e nós tinha que levar mulheres para o sindicato. Eu entrei para a direção do sindicato dos metalúrgicos em 1990 e ali que começou a entrar mulheres no sindicato, acho que eu fui a segunda ou terceira mulher a fazer parte da direção do sindicato e que começou a ter departamento feminino do sindicato.⁶⁹

Conforme Mari, o Feminismo Emancipacionista tem como objetivo, além de romper com essas relações de gênero historicamente construídas, romper com a opressão de classe.

[...]O papel fundamental da União de Mulheres Caxias – UMCA, era de emancipar as mulheres. E emancipar as mulheres é discutir a diferença de gênero, a nossa diferença de gênero com os homens. Nós nunca fomos sexista. Porque existe movimento que é sexista, que acha que a diferença é o sexo homem e mulher, e não

⁶⁷ NERY, Mari dos Santos. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2020.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

é essa a diferença. A diferença é o respeito, somos diferente sim, homem e mulher, somos diferentes o físico, a sua construção biológica é diferente, o homem é mais forte fisicamente que a mulher mas nós sempre achamos que a mulher precisava se emancipar. E o emancipar da mulher é lutar não só pela questão do gênero, mas lutar também pela luta do povo no geral. Porque emancipação da mulher ela ultrapassa a luta de classe, nós podemos vencer na luta de classe, botar no poder a classe operária e assim mesmo as mulheres não ter conseguido a sua emancipação. A mulher continuar sendo discriminada porque é mulher, sofrendo assédio moral ou assédio sexual, a violência doméstica, todo o tipo de violência tanto física como psicológica. Então a gente sempre teve esse pensamento.⁷⁰

Os relatos de Mari indicam que esse feminismo faz a transversalização entre gênero, raça e classe. Portanto, não se trata da recorrente forma que setores à esquerda tratavam as questões das mulheres, como algo resolvido a partir das questões econômicas. Mari deixa claro que esse feminismo defende uma emancipação de classe, mas que essa por si só não resolverá mecanicamente a opressão da mulher:

[...] A gente tem que fazer a luta de classe, de gênero, de raça/ etnia, homofobia, todas essas lutas nós temos que fazer. Porque tem muita diferença eu, mulher, negra e pobre. Agora se eu sou Mari, mulher negra e rica, da outra classe, da classe opressora é diferente eu posso lá sofrer a questão racial e se eu tô na classe opressora, eu posso sentir a opressão racial, de pele, e vou sofrer também de repente por ser mulher mas eu não vou ter opressão de classe.⁷¹

Figura 11: Organização do 8 de março



Fonte: acervo pessoal de Mari dos Santos Nery. Mari à esquerda, Abigail Pereira à direita, ambas ex-presidentas da UMCA.

⁷⁰Idem.

⁷¹ Idem.

3.8 SOLANGE CARVALHO: “EU SEMPRE FUI FEMINISTA!”

Comecei a participar era 85, estava se lutando pela Constituinte, eu lembro. Se falava muito da Constituinte, era pós saída da Ditadura então era um movimento muito em ebulição. E eu participei das eleições numa chapa que venceu as eleições dos comerciários e comecei a participar das outras atividades porque eu sempre tive um senso de justiça, assim dentro de mim mesmo não sendo uma pessoa alienada, o que me movia era sempre o senso de justiça, aquela coisa assim, aquele senso de justiça, comprava as paradas... Eu entrei no movimento sindical e comecei a participar das coisas. Aí parece que me encontrei, porque eu conseguia canalizar aquele senso de justiça. Assim foi para entrar no movimento de mulheres, porque corria tudo junto e eu acho que foi em 86 eu me filiei ao PCdoB também. Era engraçado porque eu militava e não sabia que estava militando, eu dizia eu não quero me envolver com sindicato, com partido mas eu já era mais militante que... (risos)⁷²

Solange começou a participar da militância quando se lutava pela Constituinte no Brasil, através do sindicato dos comerciários. Ela encontrou muita resistência por parte do pai quando começou a atuar politicamente.

Eu sou filha de pai metalúrgico, alfabetizado só nas séries iniciais. Mãe que trabalhou de costureira, fazendo isso e aquilo, fazendo malha, um monte de coisa mas também não tinha formação, não tinha pendor político, nada. Meu pai muito machista, ele tinha aquela visão que mulher era pra casar apenas. Então como eu tinha me formado, era ótimo eu ia ser professora, eu tava me formando. Eu entrei na faculdade, depois eu tranquei... Ai abriu o curso de História separado, História e Geografia, que antes era Estudos Sociais, foi umas coisas muito louca. Mas enfim, o meu pai entendeu sempre na vida dele que eu devia ser uma professora, olha que eu demorei pra decidir pra fazer porque eu não queria, não queria ser influenciada, mas a vida foi me levando pra isso. E a minha família não gostava, ainda mais quando eu entrei no sindicato, que eu comecei a viajar pra lá e pra cá. Meu pai dizia horrores: “Que tu é uma galinha”.

Eu dizia “Eu sou uma galinha bem puta. O senhor pode dizer o que quiser. Por que eu sou puta mesmo, se é conforme o senhor pensa que puta faz isso, que puta luta, se o senhor acha que isso é ser puta, então sou bem puta”. E continuava porque daí eu já tinha uma certa independência econômica porque eu trabalhava, agora se eu só dependesse da minha família acho que não seria possível. Tanto que depois a gente aprendeu que pra uma mulher evoluir, uma liberdade, a independência econômica, ela ter seu próprio sustento é muito importante⁷³.

Solange demonstra o quanto o papel social de esposa enraizada e reproduzida entre a sua família chocou-se com a Solange militante política. No que se refere ao mundo do trabalho, profissões como educação, cuidados, limpeza eram consideradas profissões femininas. Cometer um desvio nesses padrões aceitos e impostos às mulheres resultava em ofensas morais como “puta” e “galinha”.

Ela diz que sempre foi feminista porque tinha um senso de justiça e de liberdade e que sempre contestava atitudes machistas do pai. Apesar de sempre ter se sentido feminista, ela diz que foi compreender isso em parte devido sua formação durante a trajetória militante.

⁷² Carvalho. Solange Silva. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 18 de agosto de 2020.

⁷³ Idem.

Olha eu acho que eu sempre fui feminista, quando eu disse que tinha aquele senso de justiça porque eu discutia muito com o meu pai, eu era adolescente, eu discutia com o meu pai, eu ficava dizendo “mas porque que tu faz assim”, “mãe, porque que tu não faz assado”, “porque tu não reage e tal”?.?

[...]

Mas eu sempre combatia essas coisas retrógradas. É claro que eu não era ainda uma feminista com uma perspectiva mais ampla, eu tinha um senso de feminismo, de liberdade, de respeito, ai conforme eu fui crescendo e tendo contato, e tendo acesso algumas informações e formações eu disse “não, porra! Eu sempre fui feminista!” só que claro algumas coisas que a sociedade te impõe tu reproduz o machismo da sociedade. Então eu tinha assim essa base feminista mas eu não tinha toda uma estrutura, uma informação que me ajudasse a evoluir daquela base inicial. Mas assim lá no fundo eu sempre fui feminista eu só não tinha preparo pra isso.⁷⁴

Solange iniciou a militância política no Sindicato dos Comerciários(as) e depois foi para o Sindicato das/dos professoras(es), em ambos ela se deparou com um “mundo masculino”. Ela afirma que encontrou muitas dificuldades de atuar nesse espaço por conta do machismo:

Sim, muito. Muita dificuldade e porque tem até uma questão contraditória no CPERS⁷⁵ que é a categoria mais que a maioria é de mulheres. O pensamento conservador ele permeia toda a sociedade, reacionário, conservador aquele pensamento que a mulher foi feita para o lar, não para a rua. Quando eu cheguei nos comerciários eu ainda tava em fase de crescimento, de formação desse pensamento emancipacionista. E aí a gente encontrou dificuldade, às vezes as pessoas achavam que um cargo na direção deveria ser, os cargos mais importantes deveriam ser para os homens. Daí a gente tinha que brigar até com camarada nossos pra dizer: eu tenho condição, eu tenho condição! E isso levava três, quatro, cinco anos, não que seja carguista, é uma questão de reconhecimento mesmo. Mesmo que eles reconhecessem eles ainda achavam que era melhor ter um homem, entendeu. Na base também, era uma base que tinha muitas mulheres. Mas um episódio que me chamou muito a atenção pra ti ver como refletia a base. Eu também por problemas pessoais, eu cresci, eu não era assim vaidosa que nem minhas colegas de comércio sabe, eu não era assim toda arrumadinha, delicadinha. Eu era meio largadona assim, esportivona. Quando eu entrei na luta sindical, nossa senhora! Eu fiquei porrada. Ai junto aquela mulher descontraída, esportiva com uma mulher que subia no caminhão de som. Eu não via isso como uma questão masculina. Pra mim eu era uma mulher... E depois eu casei, eu lembro que um dia eu tava lá no vestiário, e eu tava engordando muito rápido com aquela gravidez, mas eu não tinha avisado todos os 500 funcionários que eu tava grávida, até porque lá aconteceu um negócio esquisito. Eu fui demitida, ai eu recorri, ganhei estabilidade, eles não me aceitaram na empresa, fiquei três anos no sindicato, a gente resistiu, daí quando eu voltei, eu casei e engravidei, e às vezes eu ficava fora, porque eu era requisitada. Mas todo mundo me conhecia, naquele tempo não tinha tido desemprego, em algumas épocas e outras ficavam mais tempo.

Eu não sei o que eu tava falando, uma louca lá no vestiário, eu levantei a blusa e comecei a me olhar “nossa senhora! tá crescendo rápido, hein” aí eu era meio barrigudinha, aliás é genético. Aí ela disse, bem gringona:

“O que?”

Ai eu disse: meu filho.

“Tu tá grávida?!”

“Sim eu to grávida de 3, 4 meses”. “Mas tu casou?”

“Casar, casar eu não casei. Eu to morando junto porque pra mim é a mesma coisa”.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

[...]

Aí ela foi falando e foi me dando um desconforto. Ela achou que eu era lésbica. Era assim que as mulheres também viam as outras mulheres, elas refletiam a sociedade. Na categoria comerciária tinha que estar sempre ajeitadinha, arrumadinha...⁷⁶

Esse relato de Solange mostra uma das imagens acerca das feministas que é o de defini-las todas como lésbicas, assim vistas por encarnarem atividades e comportamentos tidos como não femininos, como subir em um caminhão de som para falar publicamente. Mesmo em um sindicato, onde a maioria da base é feminina, há a dificuldade de ter mulheres em cargos de decisão no sindicato e as próprias mulheres do sindicato reproduzem essas concepções sobre o que é feminino e o que é masculino.

Pra elas era impossível isso, essa é uma postura machista. Até hoje quando eu encontro ela eu fico pensando (risos). Ela reflete o que as pessoas pensavam: que a mulher que tá na batalha, iam viver com homem pra lá e pra cá, pra cima e pra baixo, que os diretores eram praticamente homens, e também a gente em um mundo masculino, que é o mundo sindical, tu acaba adotando as vezes posturas masculinas e posturas machistas daí tu tem que tá sempre com o alerta ligado. Porque eles vão fazer piadas machistas, eles vão ter posturas machistas, e tu tem que ta com o teu alerta ligado que mesmo que a gente seja maioria, eles estão em cargo de chefia maiores, é uma coisa estranha. Tu acaba também entrando nas brincadeiras machistas e que até que um dia tu: “para com isso, isso é machista!”, “é machismo teu”.⁷⁷

A seguir ela lembra de outro episódio envolvendo LGBTfobia em uma das reuniões do sindicato dos professores(as) em que a sua assessora não se conteve e acabou discutindo com um dos diretores presentes. O fato levou à decisão de não permitir mais a presença dos assessores nas reuniões:

Na outra gestão que eu assumi o Departamento de Gênero (rindo) conforme eles iam me falar alguma coisa, e dizia “ô...”. E daí eles se lembravam que eu ia cobrar. Mas tu vê, **o mundo sindical é um mundo masculino**, que até as mulheres reproduzem piadas machistas. Mesmo na categoria que é muito grande o número de mulheres, às vezes em uma direção central que é o ápice, que tu consegue ter meio a meio de diretores homens e diretoras mulheres, ainda assim, nem todo mundo fez a mesma caminhada entendeu. É bem difícil. Homofobia então nem se fala, até essa que é minha colega, minha assessora que se atravessou era a questão da homofobia. Tinha 3 mães que tinham os filhos LGBTs que ficaram passadas, mas não falaram. E a outra como ela é Coordenadora Estadual do Mães pela Diversidade ela não se conteve. Ela não estava ali no direito, perante conforme os outros pensam, que não tinha o direito de se atravessar porque ali ela era uma funcionária. Mas ele foi muito homofóbico, então... Esses espaços são espaços masculinos, espaços de poder, mesmo que não tenha poder nenhum, mas são, quando se dirigem estruturas ainda são espaços masculinos.⁷⁸ (Grifos da autora)

A dificuldade de manter um relacionamento afetivo, apontados por Eremi e Joce, é compartilhada por Solange. Ela aponta ainda que há uma dificuldade na renovação de

⁷⁶ Carvalho. Solange Silva. Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, 18 de agosto de 2020.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

lideranças mulheres nos movimentos sociais como um todo. Entre esses espaços masculinos ela cita os partidos políticos:

Os partidos políticos também tu vê são os medalhões, os estrelões, às vezes uma mulher ou outra consegue se projetar, consegue conquistar um espaço. A luta das mulheres é muito difícil, é muito difícil porque ela tem que brigar com ela mesma, porque ela tem que se conscientizar que ela é uma mulher que tem condições, ela tem que brigar com a família, um exemplo é o meu pai que eu tive que brigar. Depois ela tem que brigar com a sociedade a ser respeitada, a ser valorizada, quando ela chega nesses espaços ela já está constituída...fortalecida para ela conseguir expor as ideias e conseguir cavar um espaço de poder, porque é um espaço masculino preponderantemente machista. E as mulheres então se elas estão estudando, se elas têm família. Eu não vou concorrer de novo na gestão do Cpers um dos fatores preponderantes, mesmo que eu adore, é o fato de que vão fazer...No começo meu marido foi comigo e ficou lá. Ele não aguenta mais, entendeu...⁷⁹

Ela comenta que não concorrer para uma próxima gestão para o Cpers é por querer manter seu casamento. Ela cita como fato de conflito na relação os cuidados domésticos, já que não tem condições de pagar uma trabalhadora doméstica.

A luta das mulheres pode conduzir elas pra uma solidão muito grande não que a família vá resolver, tem até um meme que diz “se você chegar ao poder é muito bom mas ele é muito solitário”. E a luta das mulheres acaba deixando elas assim, tu vai olhar as mulheres que estão na batalha quase todas elas não têm companheiro porque a elas é exigido a questão de casar, ter filhos, ser um dos esteios do lar, essas coisas todas.⁸⁰

Solange compartilha a ideia de que ser feminista emancipacionista é lutar pela emancipação das mulheres e de toda a sociedade ao mesmo tempo. Ela ressalta, sobretudo, que não se trata de uma disputa com os homens:

Ele não faz uma luta contra os homens. O feminismo emancipacionista não é as mulheres contra os homens. O feminismo emancipacionista luta para emancipar as mulheres, mas luta pra emancipar a sociedade, porque entende que as mulheres só vão se tornar emancipadas, empoderadas em uma sociedade que seja emancipada, mais justa, mais igualitária onde as mulheres sejam vistas como ser humano integral não uma cidadã de segunda categoria, não seja assim vista como uma mulher recatada e do lar, que não seja um absurdo ver uma mulher dirigindo um caminhão, não seja um absurdo uma mulher no piquete de greve, onde tem 80 % de homens e ela tá nos 20 % quem sabe ela ajuda a liderar, uma mulher que seja do sindicato, uma sociedade que não ache que a mulher é puta por ela tá reunida lá com 80 % dos homens, é isso o Feminismo Emancipacionista pra mim é isso, ele quer emancipar a mulher mas que emancipar a sociedade...⁸¹

Figura 12: Solange discursa em atividade representando o CPERS

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.



Fonte: acervo pessoal de Solange Carvalho

Os resquícios da ditadura civil-militar e a efervescência política da redemocratização aparecem nas memórias como pano de fundo do despertar político dessas militantes. A maioria das narradoras iniciou sua trajetória política mobilizadas por conquistar direitos específicos da categoria em que trabalhavam ou por superar discriminações geradas pelo racismo. Há, ainda, o motivo oriundo do fato de ser mulher e engravidar, como no caso de Ivanir, que relata que um dos comércios em que trabalhou a fez assinar um documento se comprometendo a não engravidar. A busca por condições dignas de moradia a partir do movimento comunitário é outro fator que marca o despertar político dessas feministas, onde a necessidade das creches, umas das principais bandeiras do movimento abordado no capítulo dois, também se fez presente como sugere o depoimento de Joce.

A dupla jornada de trabalho é um dos fatores que se apresenta como uma limitação à militância das mulheres. Esse fato é ainda um gerador de conflitos entre as militantes e seus companheiros de relação amorosa, e que acaba gerando uma triste consequência do conflito entre ser uma “mulher militante” e entre o “ser mulher” exigido pela sociedade, que é a solidão. Muitas dessas mulheres se veem em episódios onde precisam escolher entre a militância ou a relação amorosa.

Colocar-se como agente político significa para essas mulheres romper com o destino certo e único destinado pela sociedade a elas: casar, ter filhos e ser uma dona de casa exemplar, no máximo exercer algumas profissões adequadas a uma mulher, como no caso de Solange, em que o pai dela desejava que ela fosse professora. Ao desviar desse destino e encontrar na luta social uma alternativa para suas trajetórias de vida, essas mulheres precisaram enfrentar a reação dessa mesma sociedade que as queria privadas ao lar: “puta”, “galinha”, “prostituta”, “mal-amada”, “loucas”, “bardeneiras”, lésbicas”, são algumas das

imagens associadas a elas e que a imprensa local tratava de reproduzir. Por fim, ser feminista para elas é dar vazão a um senso de justiça, liberdade, igualdade que elas sempre tiveram consigo. Algo que, no entanto, só foram compreender que se tratava de uma luta feminista no amadurecimento de suas militâncias, chegando ao caso de algumas delas ter relutância em se declarar como uma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar essa pesquisa, acreditei que a UMCA e a UBM tratavam-se de entidades completamente distintas. O que descobri a partir das narradoras, porém, é que o que é completamente distinto é o contexto histórico em que se inscrevem essas entidades. A UMCA surge em meio a efervescência dos movimentos sociais em Caxias do Sul, da necessidade das mulheres em romper com os resquícios do autoritarismo da ditadura civil-militar e da urgência em combater a violência e as desigualdades - principalmente no mercado de trabalho. Afinal a violência era tratada como assunto de marido e mulher, inexistindo políticas públicas de enfrentamento em relação a essas questões. E foi somente com a Constituição de 1988 que as mulheres conseguem cidadania no mundo do trabalho.

Assim, diante de tantos desafios é compreensível como um grupo tão diverso em sua composição pôde se manter unido, apesar das muitas disputas internas. Com a conquista de direitos a partir da Constituição Cidadã e o próprio desenvolvimento do feminismo em Caxias do Sul e no Brasil. A UMCA dá lugar à uma pluralidade de movimentos feministas e à própria rearticulação da entidade como integrante de uma organização com alcance nacional.

Entre tantas pautas de luta narradas nesta pesquisa, a necessidade de uma casa de acolhimento para as vítimas de violência, a instalação de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e a implantação de creches são as principais demandas lembradas pelas militantes. Entretanto, e o que de certa forma me surpreendeu, foi o fato de que essas lideranças não iniciaram sua participação política movidas por sua condição de gênero, influenciadas por essa nova onda feminista iniciada nos anos de 1980. Pelo contrário, essas mulheres iniciam suas trajetórias de luta no movimento estudantil, comunitário ou sindical para depois se inserirem no movimento de mulheres.

Muitas delas relutaram ou ainda se sentem inseguras em se afirmar como feminista, como no caso da Ivanir. São o desenvolvimento delas como lideranças em outras frentes de atuação e os espaços de reflexão teórica que permitem que elas reavaliem episódios como a violência, o assédio, a discriminação no mercado de trabalho e a sobrecarga da dupla jornada de trabalho como consequências da sua condição de gênero. São esses fatores que as levam a perceber-se como feministas.

Chama a atenção nas narrativas de algumas delas como a maternidade as impulsiona a participar da luta coletiva ou é lembrada como um momento especial dessa trajetória, como Mari, que lembrou estar grávida quando participou pela primeira vez de uma greve; Joceli, que deu “um salto de qualidade” na sua militância quando engravidou; Ivanir, que entrou

definitivamente no sindicato após ser mãe; ou Joce, que se emocionou ao lembrar de episódios de sua gravidez e maternidade.

A persistência de um anti-feminismo pode ter influenciado não só na relutância em se denominar como feminista, mas também no discurso que elas elaboram acerca do feminismo que elas defendem, já que é constante a preocupação em esclarecer que elas não fazem uma luta contra os homens.

Por fim, ser feminista para elas é romper com papéis sociais impostos às mulheres, principalmente sobre o destino inevitável de casar, ser mãe e dona de casa exemplar. É ocupar todos os lugares sem exceção, seja no mercado de trabalho, seja nos espaços de poder e decisão. Para elas, o Feminismo Emancipacionista da UMCA e da UBM se difere das demais concepções de feminismo por defender, além da emancipação das mulheres, a emancipação de toda a sociedade, onde gênero, raça e classe se interseccionam. E elas desejam que a luta das mulheres seja assumida pelos homens também.

Ser feminista para elas é um sentimento que elas sempre carregaram: um senso de justiça e de igualdade; uma vontade de mudar o mundo; de combater retrocessos e comportamentos retrógrados. Representa, simultaneamente, um comprometimento tão intenso com esses ideais que, muitas vezes, elas preferem encarar a solidão do que abrir mão dessa luta.

Com isso, a oportunidade de escuta da história oral de vida dessas militantes nos permite entender como e quais motivações influenciaram essas mulheres a ocupar a esfera pública, constituindo-se como agentes políticos que sabem reconhecer que a sua condição enquanto mulher é também geradora de desigualdades, condição muitas vezes ignorada por outras gerações de feministas. Nos permitem refletir sobre o que é ser feminista em um contexto em que emergem novos atores sociais e que, apesar disso, a sociedade ainda reforça discursos que tentam desqualificar as mulheres - sobretudo as feministas - como agentes políticas.

As narrativas orais dessas feministas permite o reconhecimento das suas práticas e estratégias políticas e da sua singularidade histórica, fugindo a uma história universal sobre o período da redemocratização brasileira. É democratizar e inscrever uma pluralidade de vozes na História; é oportunizar a essas mulheres a construção de um *eu* e de uma trajetória de vida não permeadas por uma visão tradicionalmente imposta por relações de poder, onde gênero é o primeiro significativo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* Editora Brasiliense. São Paulo. 1984.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. et. al. *50 anos de feminismo: uma trajetória histórica*. In: 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos / Eva Blay, Lúcia Avelar, organizadoras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2019.
- Atlas da violência 2019. / Org.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Milliet. 3 edição. Nova Fronte. Rio de Janeiro. 2016.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo. Editora Contexto. 2012.
- COLLING, Ana Maria. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra. Coimbra, 2004. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf Acesso em: 18. abr.2020.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Memória, militância e memória - História de vida - História de sobrevivência*. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1996.
- GARCIA, Loreley. *Era uma vez...o uso da história oral nos estudos de gênero*. Mneme - Revista de humanidades, v.05. n.11. Setembro. 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/1318455/Era_uma_vez_o_uso_da_hist%C3%B3ria_oral_nos_estudos_de_g%C3%AAnero. Acesso em: 30 de novembro de 2020.
- LANGNER, Ariane. ZULIANE, Cibeli. MENDONÇA Fernanda. *O movimento feminista e o ativismo digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas digitais*. In: V Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. 2015. Santa Maria. Anais do 3º Congresso Internacional de Direitos e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-12.pdf> Acesso em: 07 de dez. 2019.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica*. Revista de História Bilros. Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. RIBEIRO. Suzana L. Salgado. *Guia prático de história oral*. Editora Contexto. 2011. São Paulo.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo*. MÉTIS: história e cultura, v. 6, n. 12, p. 269-288, jul./dez. 2007

_____. *Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2004

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Usos e limites da categoria gênero*. Cadernos Pagu. 1998.

_____. Militância Libertária. *Feminismos, modos de pensar, modos de fazer*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Fevereiro de 2015. Ano 10

PATAI, Daphne. *História Oral, Feminismo e Política*. São Paulo. Editora Letra e Voz. 2010

PERROT, Michelle. *Práticas de memória feminina*. Rev. Bras. História. São Paulo. V.9, nº 18. Agos. 1989/ Set. 1989

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 2001.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

_____. *Feminismo, história e poder*. Revista de sociologia e política. v.18, n.36. 15 - 23 de jul. 2010.

PRIKLADNIKI, Fabio. “O papel do homem no feminismo é se desconstruir”, diz Heloísa Buarque de Hollanda”. GaúchaZH. Porto Alegre. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/o-papel-do-homem-no-feminismo-e-se-desconstruir-diz-heloisa-buarque-de-hollanda-cjfmrlszv06s101ph9zj5prbs.html>. Acesso em: 7 de dezembro de 2019.

RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (Coord. De textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte. Letramento. 2017.

RODRIGUES, Rubia Carla Martins. *As vozes que não se calaram: História e Memória do Movimento Feminista em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2010.

ROSA, Susel de Oliveira. *Mulheres, ditaduras e memória*. “Não imagine que precise ser triste para ser militante.” Editora Intermeios. São Paulo. 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84)*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Conhecimento histórico e diálogo social*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 325-345 – 2014.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf . Acesso em: 10 de set. de 2019.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. *Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil*. Política: Hist. e Soc. Vitória da Conquista. v. 8 n. 1 p. 223-231. 2008

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1993.

UNIVESP. Literatura Fundamental 70: Média - Adriane da Silva Duarte. Youtube, 13 abr. 2015. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=pjnYq8bQbhw>. Acesso em: 18 abr. 2020

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. SILVA, Tomaz Tadeu.(org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.